

Nas trilhas de Saint-Hilaire

Copyright 2001
Marcelo Lima

Coordenação editorial
Ricardo Corona

Capa e projeto gráfico
Eliana Borges

Fotografia
Antonio Liccardo

Revisão
Angelo R. L. Zorek
Marcelo Lima

Nas trilhas de Saint-Hilaire



M a r c e l o L i m a



Só existe no mundo esta grande novidade: viajar!

Mário Quintana

à Eliane



Preparativos de viagem

De repente, um telefonema.

Fazia cinco anos que Antonio Liccardo desaparecera. Era o final do verão de 1999, e ele me contou que estava morando em Ouro Preto, onde concluía o curso de mestrado em Geologia e que teve a oportunidade de publicar um livro. Logo, o segundo estaria pronto.

Brincou comigo: eu, que sempre tive planos de fazer relatos de viagem, havia fincado raízes em Curitiba definitivamente. Ele, que nasceu na capital paranaense e estudava em Ouro Preto, estava feliz porque em seu trabalho as viagens eram compulsórias.

Combinei encontrá-lo no Juarez, bar que havia escapado da estética *fast-food* que assolava a cidade. Sem quase nenhum conforto, o balcão velho e as cadeiras geladas, garrafas de bebidas antigas — algumas sem rótulo —, o bar era o lugar mais calmo para quem quisesse se demorar e conversar.

Éramos, naquela noite, os únicos fregueses, além do *habitué* que palestrava sem parar com Juarez. Porque os dois estavam sempre juntos, pareciam irmãos.

Depois da terceira cerveja e algumas piadas, decidimos fazer um livro juntos. O tema era um velho projeto meu: a viagem do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire pelo interior do Paraná em 1820. O livro teria textos com as impressões da viagem e o registro fotográfico livre — com a mesma liberdade que tiveram os viajantes que cruzaram o país, principalmente a partir do século XIX.

Apreciador de Eschwege, o geólogo Antonio topou na hora. Sugeriu, no entanto, que nosso enfoque jamais poderia ser enciclopédico. Não havia o que catalogar. Apenas comparar.

Arrumamos as malas e seguimos viagem quase dois anos depois daquela conversa.



O pesquisador francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) morou no Brasil de 1816 a 1822, tendo viajado pelas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, São Paulo (passando inclusive pelo território que hoje forma o Paraná), Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Cisplatina (Uruguai). Fez seu trajeto de 12.000 quilômetros em lombo de mula, na companhia de outros exploradores estrangeiros ou de brasileiros.

Sua vinda ao Brasil coincide com a chegada de outros viajantes, como o geólogo Eschwege; os naturalistas Martius e Spix; o príncipe Maximiliano von Wied-Neuwied; o cônsul da Rússia, barão Langsdorff; os pintores Debret, Rugendas, Ender; os ingleses John Luccock, Maria Graham e John Mawe.

As expedições foram possíveis graças à abertura dos portos brasileiros às nações estrangeiras, depois que a família real portuguesa se instalou no país, em 1808, fuga das tropas de Napoleão Bonaparte.

Saint-Hilaire aportou no Rio de Janeiro acompanhando a comitiva do duque

Montmorency-Luxembourg, embaixador extraordinário enviado pelo governo francês para estabelecer relações diplomáticas com o Brasil. Sua missão incluía pesquisa e coleta de amostras de animais, plantas e minerais, que seriam enviadas ao Museu de Paris.

Na mesma época, países como a Inglaterra, a própria França e as regiões que hoje compõem a Alemanha e a Áustria mandavam missões para explorar o Brasil. Devido a questões políticas, antes dessa época o país estava fechado às expedições. O naturalista Humboldt, por exemplo, chegou a ser impedido de entrar em território brasileiro, em 1804, por causa das restrições do governo português.

Durante o período colonial, houve poucas expedições científicas no Brasil. A mais conhecida foi a do príncipe holandês Maurício de Nassau (1637-1644), que levou a Pernambuco um grupo de artistas e cientistas para explorar a região. Até o começo do século XIX, muito pouco se sabia da fauna e da flora do país.

É claro que a literatura dos viajantes anteriores a esse período conta com relatos importantes, como a "Carta", de Pero Vaz de Caminha; o "Tratado da Terra do Brasil", de Pero Magalhães Gandavo, e os escritos de jesuítas.

Esses textos não têm, no entanto, preocupação com sistematização científica, a despeito de serem muito agradáveis para o leitor — às vezes, até mais interessantes do que os escritos científicos dos cronistas das grandes expedições.

Não foi à toa que o poeta Oswald de Andrade, ao escrever "Pau-Brasil", privilegiou os primeiros cronistas, que ainda eram influenciados pela religiosidade medieval. Nos poemas do livro, o autor tenta criar um mundo mítico, baseado em

excertos dos viajantes, buscando uma síntese da formação cultural brasileira.

Logo depois da chegada de D. João VI ao Brasil, veio ao país uma missão de artistas da França (1816) para fundar a Escola de Belas-Artes e o Jardim Botânico (1919). Entre eles estava o pintor Jean Baptiste Debret, que percorreu o Paraná em traçado semelhante ao de Saint-Hilaire.

Outro fator que favoreceu a vinda dos estrangeiros foi a ligação entre a família real portuguesa e a coroa austríaca, por meio do casamento entre o príncipe Pedro de Alcântara e a princesa Leopoldina de Habsburgo, em 1817. A princesa trouxe da Áustria uma comitiva de artistas e exploradores, entre eles Martius e Spix. Ela própria foi responsável pelo envio de amostras de minerais e plantas para o Museu de História Natural de Viena.

A vinda de Martius e Spix, cuja expedição foi uma das mais importantes realizadas no período, foi indicada pelo rei da Baviera, sogro do pai de Leopoldina. A viagem (1817-1820), com um percurso de 10.000 quilômetros, foi custeada pelos governos austríaco e bávaro. Eles visitaram São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão e Pará. Navegando pelos afluentes do rio Amazonas, Spix chegou até o Peru e Martius foi até o território da Colômbia.

Da expedição resultaram vários livros com relatos sobre a sociedade brasileira ("Viagem pelo Brasil") e material para o início da monumental "Flora Brasiliensis" (1840-1906), com 40 volumes, 20.753 páginas e 3.811 gravuras. A realização desse tratado contou com a participação de 65 botânicos e 66 anos de trabalho.

Outro viajante de destaque foi o barão Langsdorff, que se instalou no Brasil

em 1813, ocupando o cargo de cônsul da Rússia. Fixando-se na corte, o barão transformou sua casa em centro de reunião de cientistas estrangeiros. Ele próprio acompanhou Saint-Hilaire na sua primeira expedição até Minas Gerais, onde foram encontrar o geólogo Eschwege.

Em 1819, Langsdorff voltou à Europa, tentando estreitar as relações com instituições de pesquisa e convencer o czar a patrocinar uma expedição ao interior do Brasil, que só aconteceu em 1825. Apesar de todos os desentendimentos entre os artistas e pesquisadores de seu grupo, Langsdorff percorreu 8.000 quilômetros pelos territórios do Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Amazonas e Pará.

A expedição de Saint-Hilaire foi realizada em três etapas. Na primeira, o viajante foi até Minas Gerais. Retornando ao Rio de Janeiro, fez sua primeira remessa de material a Paris. Na segunda viagem, percorreu o norte do Rio de Janeiro e o sul do Espírito Santo. Ao final dela, fez a segunda remessa de amostras.

A terceira etapa aconteceu a partir de 1819. Saint-Hilaire foi para Minas Gerais, sul de Goiás e São Paulo. Na cidade de São Paulo, deixou suas amostras. Dirigiu-se, então, ao Sul. Nesse percurso, passou pelo território que hoje pertence ao Paraná (na época, 5.^a Comarca de São Paulo), Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Província Cisplatina (território que hoje corresponde ao Uruguai). De Montevideu, Saint-Hilaire foi para o Rio Grande do Sul. Daí voltou para o Rio de Janeiro, por via marítima. Viajou ainda para São Paulo (onde pegou sua coleção de amostras) e foi pela última vez a Minas Gerais.

Em 1822, voltou à França, onde se tornou catedrático de botânica na

Academia de Ciências de Paris, ocupando a cadeira de Geoffroy de Saint-Hilaire, ascendente seu que, por ordem oficial, se apoderou de obras de naturalistas brasileiros que estavam guardadas no Museu da Ajuda, em Lisboa.

Das viagens de Saint-Hilaire surgiram livros de botânica ("Flora Brasiliae meridionalis", "L'agriculture et l'élevage de bétail dans les Campos Gerais", entre outros) e os relatos de viagem, que reúnem suas impressões sobre as cidades e o povo brasileiro. Os livros foram escritos muito depois de sua volta à França e publicados a partir de 1851.

Os livros foram traduzidos várias vezes para o português. Cito as versões feitas para a coleção "Reconquista do Brasil", da Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo: "Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais"; "Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil"; "Viagem ao Espírito Santo e ao Rio Doce"; "Viagem às Nascentes do Rio São Francisco"; "Viagem à Província de Goiás"; "Viagem à Província de São Paulo"; "Viagem a Curitiba e Santa Catarina"; "Viagem ao Rio Grande do Sul"; "Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)".



No início de 1820, na estação chuvosa, o francês cruzou território que hoje integra o Paraná e teve um alumbramento. Dizia ser a região o "paraíso terrestre", lugar propício para o europeu se fixar e formar fortuna.

Bastante preocupado com a catalogação de plantas, Saint-Hilaire se rendeu à descrição da natureza. Em suas descrições, o homem e a alimária parecem apenas enfeitar a paisagem: não têm vivência autônoma. O morador dos Campos Gerais é um ser que passa a maior parte do tempo sobre o cavalo: pouca conversa, o corpo ligado a quatro patas.

A paisagem é ritmada, minimalista.

Os olhos do francês, da colina da Fazenda Jaguariaíva — hoje cidade com o mesmo nome —, identificam o chão forrado de campo, capões de mato, parcas elevações, água de cachoeira e a “imponente araucária”.

Do mesmo lugar, mapa e livro na mão, eu e Antonio, em plena atividade, procuramos observar o que viu o viajante. O esqueleto da paisagem se adensa com o conjunto de casas, a fábrica de papel, a torre de transmissão de tevê.

A versão de Saint-Hilaire dos Campos Gerais não é a única (o pintor Debret passou pelo caminho das tropas sete anos depois). É privilegiada. Tendo passado em 1820 em direção ao Sul, pôde acompanhar, nos primeiros meses do ano, a vida de uma área que naquele momento se evidenciava.

Com o enfraquecimento da economia dos sertões do norte, vítima das secas, a faixa que se estendia do Rio Grande do Sul a São Paulo ganhava importância. Beneficiava-se com a ampliação do povoamento do centro-sul. Simbolizava um Brasil novo: de onde surgiriam o movimento de Independência e a construção da identidade nacional.

Em fins do século XVIII, o Nordeste começava a ser desbancado pelo charque rio-grandense no abastecimento de carne dos núcleos do litoral. Além do problema das secas, sofria outra desvantagem. As condições naturais do Sul eram muito mais propícias à criação de gado: relevo quase plano, exigindo pouco esforço dos animais; vegetação de campos, intercalados por matas ciliares e bosques isolados; clima temperado e abundância de água limpa.

Daí o encanto de Saint-Hilaire, que encontrou uma região quase desabitada. Para ele, os suíços que foram enviados para os arredores de Cantagalo, no Rio de Janeiro, deveriam ter sido mandados para os Campos Gerais.

Ele não pôde presenciar, mas assim que o Paraná se tornou província (1853) deu-se início à ocupação pelo imigrante europeu, que foi intensificada a partir do último quartel do século XIX. Com essa mistura — os costumes tropeiros e estrangeiros — fundava-se a cultura paranaense, que até hoje ninguém sabe bem o que é.

No prefácio a "Casa Grande & Senzala", Gilberto Freyre defende que para o conhecimento da história social do Brasil não há talvez fonte de informação mais segura que os livros de viagem de estrangeiros.

As interpretações que o autor faz da alma brasileira em formação se alimentam, em parte, de trechos de depoimentos de estrangeiros que viajaram pelo Brasil, principalmente a partir do início do século XIX.

São os mesmos autores que estão na estante do major Policarpo Quaresma, ao lado de historiadores e poetas da língua brasileira.

Quaresma foi uma das primeiras personagens literárias a reclamar um



Véu da noiva - Sengés

projeto para o Brasil, ainda que por um caminho torto.

Envolto na perspectiva de transformação e unidade, advinda do governo inspirado no Positivismo, Quaresma é uma criatura reveladora de Lima Barreto, que não acreditava que o Brasil seria grande. O major via o regime republicano e seus ideólogos como possibilidade de transformação.

Assim como Dom Quixote acreditava na bravura de seus comparsas, Quaresma não imaginava que os princípios da República científica eram apenas uma desculpa para a gatunice generalizada dos milicos que tomaram o país de assalto.

O major buscava nos livros sobre as grandezas do Brasil uma identidade que não existia. Movido pelo desejo de fazer do país uma nação democrática e solidária, ignorava as contradições que podiam ser lidas nas entrelinhas dos viajantes.

E ainda podem.

Nos livros de Saint-Hilaire há várias.

Pude observá-las durante a viagem ao interior do Paraná, refazendo trechos da trilha do francês. Foram cerca de 2 mil quilômetros no lombo de uma mula – o indomável automóvel de mil cilindradas que não se furtou a percorrer estradas rurais enlameadas e a reproduzir galopes eqüinos nos terrenos acidentados.

Em janeiro de 2001, procurei os lugares percorridos pelo francês. Ao ler seus livros, confrontá-los com outros textos e olhar com cuidado o ambiente, cheguei a ter a impressão de realmente estar fazendo uma expedição.

Esse sentimento estava vivo quando eu começava a conversar com os entrevistados, olhava os objetos de suas casas, via as cidades e seus moradores,

provava as comidas, o silêncio das fazendas.

Aos poucos, essas imagens foram se desmanchando.

Escrito logo em seguida à viagem, este relato tenta reconstruir uma experiência bastante particular.

Saint-Hilaire percorreu os Campos Gerais como desbravador: o olhar civilizado, sempre de cima, tendo como centro a ciência e a cultura da Europa, sem dar muita trela à prosa dos caboclos.

Sua missão foi reunir o maior número possível de informações sobre a natureza da região, além de levar amostras nas suas canastras. Durante o percurso no Brasil, conseguiu enviar nas três remessas a Paris 16.000 insetos, 2.005 aves (451 espécies), 129 mamíferos (48 espécies), répteis, peixes, moluscos, 30.000 plantas (7.000 espécies) e minerais.

Seus livros foram escritos com objetivos científicos, traduzindo uma época em que o pensamento racional e a informação sistematizada passavam a ter importância. Daí, talvez, a antipatia de Antonio com a prosa de Saint-Hilaire:

— Esse francês é muito chato!

Meu interlocutor geólogo mistura a aridez científica de seu trabalho com um certo misticismo que advém das pedras. Digo a ele que os escritores simbolistas, responsáveis pela reabilitação do sentido mágico na arte literária, faziam alusão aos minérios.

Antonio me revela que prefere conversar com garimpeiros sobre as formas dos diamantes, na beira do rio ou na mesa do bar, a discutir resultados laboratoriais

com especialistas.

— As pessoas se encantam com os diamantes porque eles brilham, não por saberem que são feitos de carbono — simplifica.

Mais de viajante do que de pesquisador, meu relato mostra, um pouco, a precariedade da idéia da viagem hoje.

Parece que se vive uma época em que tudo já foi explorado e que só nos resta a tranqüilidade dos guias turísticos.

O geógrafo Milton Santos disse, recentemente, que, em função do progresso técnico, o mundo tornou-se conhecido no conjunto e no detalhe. Com a televisão, o jornal, a internet, o cinema e o rádio, a aventura parece ter sido domesticada. O que fazer?

— Viajar? Os satélites fazem isso por nós.

Uma amiga me disse que ir a Nova York é confirmar o que se vê nos filmes e nos seriados de televisão.

Os americanos são o que são. A cidade que nunca dorme. A comida é muito engordurada. Eles não olham para a cara de ninguém. Se você quiser ter uma visão original de Nova York, passeie pela cidade de maca.

Escrevo este texto ignorando o fato de que não há nada de novo em percorrer uma região bastante habitada.

Vive-se a época da re viagem, em que a tentativa de descobrir o que é novo é um pecado. Talvez por isso traçar um velho percurso, descrito por uma outra pessoa, seja uma empreitada fascinante. Reabilitar a viagem. Pelo menos na nossa cabeça.

A viagem sempre alimentou, como metáfora ou realidade, o imaginário das pessoas. Não se conhece uma época em que ela seja insignificante. Pode até mudar de propósito, mas sempre pressupõe uma transformação.

Walter Benjamin, ao estudar as formas narrativas tradicionais e modernas, diz que existem dois tipos de narradores, que no fundo são um só: o viajante e o sedentário.

O primeiro é encarnado por Ulisses, a personagem da mitologia grega mais humanizada que existe. Ulisses retorna de sua jornada, trazendo histórias que passam a ser ouvidas pelas pessoas de sua aldeia.

O segundo é aquele indivíduo que permanece na aldeia por toda a sua vida. Tem o que contar e é respeitado por isso. À sua volta, reúnem-se os jovens, que presenciam uma viagem de palavras e a construção de uma experiência.

Tanto Ulisses quanto o sedentário encontram na viagem uma forma de auto-conhecimento e identidade — que também é do grupo a que pertencem.

Os peregrinos de Monte Santo, onde Glauber Rocha filmou "Deus e o Diabo na Terra do Sol", ou de Santiago de Compostela, percorrem os caminhos em busca da divindade, mas também de uma transformação.

Viajar é mudar a direção do vento.

Às margens

Nossa viagem começa com uma marca geográfica definida por Auguste de Saint-Hilaire em suas trilhas pelas fazendas dos Campos Gerais no início de 1820. Segundo escreveu, a região se estende da margem esquerda do rio Itararé — hoje divisa dos Estados de São Paulo e Paraná — até o antigo registro do gado de Curitiba, a partir de que a descida da serra tornava a vegetação densa, fria, e o anteparo do horto de araucárias turvava a vista dos viajantes.

O lugar é composto por um conjunto de formas geológicas, vegetação e clima que encantaram o viajante:

— Esses campos constituem inegavelmente uma das mais belas regiões que já percorri desde que cheguei à América — escreveu, tendo em mente outras áreas do Brasil cuja natureza impressionou os exploradores por seu acentuado tom exótico.

Longe de ser um “inferno verde”, os Campos Gerais são o “paraíso terrestre” possível na visão cartesiana do francês: natureza domada a serviço da economia e de modos de vida civilizados.

Saint-Hilaire fez suas descrições no início do século XIX. Sua formação científica ocorreu numa época em que o pensamento tornava-se cada vez mais racional nas nações importantes do mundo.

O naturalista procurava não se valer de retórica e descrições impressionistas. Ele buscava a ciência, com que revestia o olhar, tornando-o mais objetivo. Os narradores dessa época queriam a matemática e os saberes da natureza em suas observações. Não a poesia.



Fazenda antiga em Tibagi

A descrição de Saint-Hilaire lembra as indicações de um roteiro cinematográfico:

Descortinam-se extensas pastagens
Pequenos capões
Onde sobressai a valiosa e imponente araucária
Surgem ali e aqui nas baixadas
Apontam rochas nas encostas dos morros
De onde se despeja uma cortina de água
Que se vai perder no fundo dos vales
O céu não é tão luminoso quanto na zona dos trópicos
Mas talvez convenha à fragilidade da nossa vista

De acordo com o francês, a paisagem é ideal para a adaptação do europeu. A região é considerada extremamente saudável, devido ao bom clima, que favorece o trabalho. Os homens são mais longevos do que os encontrados em Minas Gerais e Goiás, províncias visitadas por ele pouco antes.

As mulheres são bonitas e alvas; não se constrangiam quando deparavam com homens estranhos, o que causou certa admiração ao francês.

O olho do cientista demora mais quando observa as plantas e os fatores que movimentavam a economia. Ele identifica uma característica que tem conseqüências importantes na formação da cultura paranaense: a abundância dos

pastos e das águas, que favoreceram a criação de gado e a formação de um modo de vida voltado, no início, exclusivamente ao pastoreio.

Marcado pelo ritmo monótono da criação do gado, o caráter do paranaense, principalmente nas cidades interioranas na faixa dos Campos Gerais, ainda parece acompanhar o jeito pouco comunicativo e fechado às inovações dos primeiros moradores.

Saint-Hilaire relata que, diferentemente de outras regiões do Brasil, onde as atividades de mineração e da produção do açúcar exigiram grande contingente de mão-de-obra escrava, nos Campos Gerais a criação do gado praticamente prescindiu dela. Daí sua explicação para o fato de que a maioria dos moradores era branca, e mesmo um lugarejo próspero como Castro, de 5.000 habitantes, tinha apenas 500 escravos.

Os rios encachoeirados, de águas límpidas, favoreciam outra prática econômica que mais tarde teve algum surto na região: a busca por diamante e ouro. Os rios Tibagi, Caxambu, Jaguariáiva, Verde e Capivari são apontados como sendo ótimos para a atividade do garimpo. Saint-Hilaire cita, inclusive, a presença dos contrabandistas, pessoas que intermediavam a compra das pedras.

Ao longo de sua viagem aos Campos Gerais, Saint-Hilaire encontrou sobretudo fazendas e campos vazios. Devido à abundância das águas e do pasto por toda a vasta área, as grandes propriedades proliferavam, auto-sustentáveis, e as cidades resumiam-se a pequenos povoados.

A partir da margem esquerda do rio Itararé, seu itinerário pelos Campos

Gerais foi o seguinte:

1) fazenda Morungava e Jaguariaíva; 2) fazenda Caxambu; 2) fazenda Fortaleza; 3) fazenda Guartelá; 5) fazenda Igreja Velha e Vila de Castro; 6) fazenda Carambeí; 7) fazenda Carrapatos; 8) fazenda Santa Cruz e Freguesia Nova; 9) registro do gado.

Em seguida, passando por Curitiba e por Santa Catarina, rumou para o Rio Grande do Sul.

Seu último ponto antes de chegar ao rio e ao lugarejo de Itararé foi a cidade de Itapeva, com apenas 2.000 habitantes à época, considerada por ele a menor que encontrara no percurso.

Saint-Hilaire ressentia-se do desleixo dos fazendeiros paulistas donos das propriedades por onde passou. Eles preferiam morar em São Paulo e apareciam apenas uma vez ou outra, deixando-as às traças. As terras nas proximidades da capital pareciam oferecer mais atrativos.

Havia uma outra razão para que as fazendas ao sul de São Paulo fossem cuidadas por feitores, enquanto seus donos permaneciam nas cidades, com maior concentração populacional: eram muito comuns os ataques dos índios. Antes de entrar no território que hoje pertence ao Paraná, Saint-Hilaire foi mais de uma vez avisado pelos moradores da ação dos silvícolas. Quando deixou a fazenda Fortaleza, faz o seguinte relato:

— Em breve passamos por um lugar onde, dois anos antes, os índios tinham matado dois homens que trabalhavam numa plantação; três outros tinham conseguido

escapar, correndo pelo campo aberto, onde os selvagens não se atrevem a ir. Eles massacraram a golpes de porrete os que tinham caído em suas mãos, esmagando-lhes as cabeças e despojando-os de tudo.

Nos lugares por onde passou, teve que se hospedar em casebres, feitos "de barro e paus traçados", geralmente com três peças sem janelas:

— O cômodo onde me receberam era um pouco mais claro do que os outros porque dava para o quintal, e a parede, desse lado, era composta apenas de paus fincados no chão, a pouca distância uns dos outros. Devido ao costume de se acender fogo no meio do quarto, sobre algumas pedras, as paredes estavam todas enegrecidas pela fumaça. O mobiliário consistia num jirau, num par de bancos e em alguns pilões, destinados a socar o milho para fazer fubá.

A maior reclamação era quanto às pulgas e baratas, que tornavam sua tentativa de dormir uma luta constante. Evitava manter expostas suas malas com as amostras de plantas e animais, que enviaria a Paris.

Na viagem pela Província de São Paulo, saiu da capital e desceu pelo interior, passando por cidades como Campinas, Itu, Sorocaba, Itapetininga, Itapeva e Itararé, na época um lugarejo sem importância.

O caminho feito por Saint-Hilaire é, em parte, o reverso da trilha das tropas. Não poupou críticas à estrada. Muitos anos depois, e até a abertura de estradas de rodagem, seria o eixo de desenvolvimento do Sul e Sudeste — por onde o tropeiro unia as culturas do Rio Grande do Sul à de São Paulo, com a carne e os derivados do gado:

— O caminho que segui é sempre o mesmo que vai de São Paulo a Curitiba e Rio Grande, e embora tivesse o pomposo nome de *estrada real* o seu estado era em geral péssimo, sendo em alguns trechos aberto praticamente pelos pés dos burros, que se viam obrigados a se esgueirar por entre as árvores.



Chegamos a Itararé pela manhã numa terça-feira de janeiro. A viagem tinha-se iniciado no dia anterior às 17 horas, em Curitiba. A estrada, com a modificação de pequenos trechos, repete o traçado do caminho das tropas.

Passamos por Castro, Tibagi, Ventania, Arapoti e Jaguariaíva — onde dormimos. No dia seguinte, percorremos 80 quilômetros até a cidade paulista. Na viagem a partir de Curitiba, enfrentamos um pequeno engarrafamento na serra, antes do pedágio, cujo preço havia sido aumentado em 120% sob o protesto de alguns caminhoneiros.

O pedágio não é exclusividade do nosso tempo. O viajante francês também pagava taxas nas suas trilhas.

Decidimos ir pela Transbrasiliana, estrada que é o eixo Norte-Sul do país. Entre Ventania e Tibagi, num dos trechos mais bonitos dos Campos Gerais, há um pouco de asfalto e pelo menos 20 quilômetros de estrada de chão. Por falta de pagamento do governo federal, dizem os moradores, a empreiteira interrompeu as obras, deixando a chuva levar o que foi feito.

Passamos a noite num hotel de Jaguariaíva de nome engraçado: MAS.

Antonio confabulou:

— O preço dever ser bom, mas...

Na verdade, as letras eram as iniciais do dono.

Por apenas R\$ 20, conseguimos dormir sem a companhia dos insetos que tanto molestaram o francês.

No dia seguinte, nosso trabalho começaria às sete da manhã, como seria prudente. O cansaço da viagem do dia anterior (500 quilômetros por causa do desvio e a estrada de chão entre Tibagi e Ventania) e a predileção pelo sono matinal fizeram-nos atrasar a saída.

Eram exatamente onze horas quando estávamos à frente da prefeitura da cidade, lugar mais evidente e menos romântico para um viajante pedir informações. Fomos recebidos por Antônio de Fazio Neto, o Tó, coordenador de Turismo.

Chegamos ao departamento com gravador, máquina fotográfica e dois livros de Saint-Hilaire: "Viagem à Província de São Paulo" e "Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina", em que fala sobre os Campos Gerais.

Na sala estreita onde não pára de chegar gente, Tó nos atende entre um telefonema e outro. Recebe-nos como se fôssemos velhos conhecidos. Por alguns momentos, chego a pensar que já o conhecia de algum lugar. Achei melhor poupá-lo de uma frase tão idiota.

Logo que expusemos a idéia do livro, deu algumas informações a que não tivemos acesso antes.

O coordenador explicou que uma das metas da gestão é explorar

turisticamente Itararé e arredores. No gabinete, penduradas na parede, aponta fotografias do rio Verde, rio do Funil e cachoeiras em propriedades privadas — algumas no município paranaense de Sengés.

Tó explica: o passado tropeiro, que a rápida urbanização acabou trocando por costumes mais citadinos, pode ser recuperado e desfrutado por paulistanos cansados do fuzuê e dos perigos da metrópole.

Sobre a agricultura e a pecuária o turismo tem a vantagem de dar mais empregos e fazer o dinheiro circular mais rapidamente, defende. Nos últimos anos, com a estagnação econômica no país, até mesmo em cidades como Itararé, região de intensa produção agrícola, o turismo passou a ser uma opção atraente.

O coordenador reclama da falta de apoio do governo paulista. É por isso, diz, que existe na cidade um movimento que quer separar Itararé do Estado de São Paulo.

Enquanto converso com Tó, distraio o olhar num grampeador azul que está entre seus papéis.

— Marcelo, Marcelo...

Desvio os olhos do grampeador. Ainda estou com sono. Recomponho as idéias.

— ... o Santilar passou aqui em 1820, não é? — pergunta o coordenador.

— É. Foi a última estada dele no território de São Paulo. Ele disse que tinha muita gente lidando com gado aqui. Um dos fazendeiros criava duas mil cabeças. Coisa grande, mesmo num tempo em que não tinha vaca louca. Existe ainda algum tropeiro em Itararé?

– Tem o Bentinho. Vocês querem falar com ele?
– É claro.
– Nós aqui estamos tentando recuperar as receitas culinárias da época dos tropeiros. Eu pesquisei um prato típico que em breve será vendido nos restaurantes. É a tropelhada. Se você quiser, eu te passo a receita. Anota aí. É o seguinte:

Feijão tropeiro.
Arroz branco.
Paçoca de carne seca.
Carne de porco.
Carne serenada (carne-de-lua).
Couve.
Quibebe.
Salada de rúcula (ou azedinha).
Tomate e cebola.
Torresmo.

Ao final da refeição, explica Tó, é servida a sobremesa (doce-de-abóbora ou rapadura de laranja) e o café tropeiro, feito no bule, com o calor do tição.

Tó diz que precisaríamos conversar com um “pessoal” que ficaria “muito feliz” em saber que estávamos visitando Itararé.

Vamos até o “pessoal”, numa pequena construção no bairro alto da cidade.

Descubro que daremos entrevista à rádio Cruzeiro do Sul, FM 94, de propriedade do prefeito, sobre o nosso trabalho.



Apetrechos de tropeiro

Nossa entrevista aconteceu logo depois da do prefeito João Fadel, que, pelo que entendi, todos os dias fala à rádio, pouco antes do almoço. Somos apresentados a ele e ao locutor Batista — camisa vermelha por fora da calça para esconder o barrigão. Aparece um sujeito de uns 55 anos, de gestos frágeis, um pouco trêmulo, a que chamam Pica-pau. Era uma espécie de comentarista cuja participação no programa consistia em quebrar o gelo das entrevistas e salvar entrevistados que se intimidassem com o microfone.

Num aperto de mão rápido, o prefeito comenta:

— A administração da cidade é um pepino. Já tentaram cortar a nossa luz por causa da dívida da gestão passada.

A entrevista começa.

Quem faz as perguntas é o próprio coordenador de turismo. Batista apresenta o programa. Faz chamada para o entrevistador, que nos apresenta:

— Estamos aqui com o jornalista Marcelo Lima e com o fotógrafo e geólogo Antonio Liccardo. Os dois são de Curitiba e vieram fazer uma pesquisa para escrever um livro sobre a passagem do viajante francês Augusto Santilar por Itararé. Parece que os rapazes vão falar sobre a importância do ecoturismo para a nossa região, não é? O que você tem a dizer aos nossos ouvintes, Marcelo?

— Primeiramente, meu muito bom-dia, caros ouvintes de Itararé... Gostaria de agradecer o convite da rádio para esta entrevista. Na verdade, nossa idéia é refazer parte do trajeto do viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, que percorreu o interior do Brasil para pesquisar as nossas riquezas. Ele esteve aqui em 1820. E partiu justamente de Itararé, onde começam os Campos Gerais. Ele viu a história

da cidade se formar. O que nós queremos fazer é ver o que mudou de lá para cá.

— E ele falou das casas barroteadas, não foi?

— É... Ele passou aqui em Itararé, que era apenas um lugarejo na época.

— E agora eu quero falar um pouco com o nosso amigo Antonio. Ei, Antonio, explique um pouco o projeto para o nosso ouvinte.

— ...

— Antonio? Tudo bem?...É, parece que tivemos problemas com o microfone do Antonio. Rádio é assim mesmo, não é, Pica-pau?

— É isso aí, Tó. Rádio é isso mesmo. E eu queria aproveitar para mandar meu abraço para o povo de Itararé, que está nos ouvindo.

— Então, Antonio, fale um pouco sobre o Santilar.

— Ele era um naturalista que observou principalmente a vegetação. Já naquela época, ele dizia que a região era muito bonita. Acho que ele fez uma descrição muito fiel da natureza da região.

— Ah! Então ele foi o pai do ecoturismo, não é?

— É mais ou menos isso.

— Caros ouvintes, e para terminar a nossa entrevista gostaria de ler um trecho que o Santilar fala de Itararé.

Aos cochichos no estúdio, acenando para Batista cortar o som, Tó me pede o volume da "Viagem à Província de São Paulo" com um trecho sobre Itararé. Não consigo encontrar nenhum. Sem jeito, passo uma lista de nomes indígenas que o coordenador de Turismo lê, tornando as palavras todas oxítonas, como se estivesse

falando japonês. Tó pronunciava palavras mágicas, pausadamente:

— Tupé (Deus), Levé (Sol), Cássime (Lua), Clingué (Estrelas), Dofuvé (Homem).

Saímos da rádio pouco depois do meio-dia.

Fomos ao centro da cidade para almoçar e tomar café expresso.

O almoço foi no restaurante do Alfreduinho, na rua São Pedro, por onde passavam as tropas. Comida simples, saborosa e pesada.

Por R\$ 5, comemos virado-de-feijão, feito para que o sujeito fique longos períodos sem comer. A base é pura proteína e gordura. Dá uma preguiça quase indomável.

Procuramos em vão o café expresso, que daria um pouco mais de ânimo à morosidade da digestão. Melhor foi ficar um pouco na praça, o corpo inerte, estendido sobre o banco, apenas os olhos em movimento, vendo os aposentados de chapéu jogando damas e conversa fora.

Um vendedor fala das qualidades de suas ervas medicinais. É tudo tão distante, sob o sol que anula o ímpeto do assalto e a sutileza de pensamento.

— Ei, moço, quer comprar buchinha? É um santo remédio para rinite.



À tarde, vamos ao rio do Funil, do outro lado do Itararé, no município de Sengés. Espero a lauta refeição se acomodar na barriga, evitando uma caminhada ligeira. Ando como se tivesse uma ventania contra a parte frontal do corpo.



Lembranças de tropeiro

O rio tem, de uma margem à outra, uns cinco metros. Era apontado pelo viajante como sendo propício ao garimpo, graças aos caldeirões formados pelo movimento rápido das águas sobre a pedra. Segundo Saint-Hilaire, a força das águas carregava os diamantes, que eram depositados nos buracos feitos na pedra.

O rio tem esse nome porque os caldeirões têm forma de funil. Há trecho em que ele desaparece debaixo das pedras, só voltando à vista bem adiante.

O francês gostava de explicar o significado das palavras de origem indígena ou portuguesa. Em seus livros, há sempre a chave da pronúncia. Itararé, por exemplo, quer dizer pedra cavada pela água; Carambeí, rio da tartaruga.

Logo depois que saí do rio do Funil, fiquei sabendo o porquê do nome Itararé. As águas encachoeiradas do rio cavaram várias galerias na pedra. Uma delas foi transformada em ponto turístico em 1994.

É a Gruta da Barreira, com uma imagem de Nossa Senhora Aparecida.

No Funil, encontramos o garoto Gilmar Eugênio Alves, de 16 anos, que nos levou até os caldeirões. Através de um deles o garoto fez questão de passar. Sem medo, mergulhou numa ponta da laje e saiu na outra.

Digo a ele que alguns meninos morreram entalados, no rio Tibagi, fazendo a mesma coisa.

— Não tem perigo, moço. Eu sou bem magricelinha. Você é que precisa esmagrecê.

Resolvo pular do barranco. A água é cristalina, apesar de ficar numa região muito próxima à cidade.

Bentinho

No meio da tarde, encontro Tó, que nos leva à casa de Bentinho, no mesmo bairro alto onde se encontra a rádio.

Num banco de madeira sem espaldar, apoiando as costas na cerca de madeira corroída, dois homens ossudos conversam pacientemente. Tenho a impressão de que passaram o século inteiro grudados àquele assento, envelhecendo com a árvore e a pintura branca da casa. A monotonia só é perturbada quando o cachorro anuncia os vindouros.

Quando nos vê chegar, o companheiro de prosa se despede, deixando-nos sozinhos com o tropeiro. Logo se desfaz minha primeira idéia de Bentinho. Apesar de ter vivido nove décadas e se expressar com uma voz de disco em rotação lenta, tem perfil desempenado, capaz de levantar-se presto do banco, rompendo o relaxamento.

Recebe-nos com cordialidade, conforme a tradição tropeira.

Informo que gostaria de saber como era a vida dos tropeiros dos Campos Gerais. Ele diz que ultimamente tem “ficado famoso”. Quatro jornalistas o procuraram com o mesmo intuito. Não sabe muito bem o porquê do interesse. Mas se é para prostrar, é com ele mesmo.

— Quando eu era véio, eu tropeava. Agora que eu fiquei novo, não tropeio mais — resume.

Leva-me até o paiol abafado, de teto baixo, nos fundos da casa branca, de pele descascada. Rabulando, xinga o cachorro que insiste em nos tratar, a mim e ao

Antonio, como estranhos.

— Ói! Tá vendo? Tudo isso é meu, do tempo que eu tropeava pelo mundo.

Nas paredes, pelos cantos, Bentinho guarda as tralhas que usava para levar o gado do Rio Grande do Sul a São Paulo até a década de 50, época em que o transporte começava a ser feito por caminhões, com a abertura das estradas de rodagem. O amarelo-pardo do paiol só é quebrado pelo vermelho intenso de um pelego pendurado em corda de náilon. Como se tivessem sido usados há bem pouco tempo, repousam, pendurados, uma sela de cavalo, vários laços, argolas de prata, cabos de relho e um apetrecho que não identifico.

— O que é isso, seu Bentinho?

— Isso aí é o pé daquele bicho que chamam veado.

— É para dar sorte?

— Que sorte o quê! É um cabido, pra pendurar as tralha! Eu não matava os bichinho. Os outro matava, e eu aproveitava e tirava os pé e guardava.

Bento Rodrigues de Almeida Neto, de 89 anos, é casado há 45 anos com Fernandina Gabriela da Silva, de 66 anos, com quem teve cinco filhos: dois homens e três mulheres. Sua derradeira viagem transportando gado do Rio Grande do Sul “foi com a patroa, um ano depois do casamento”. Virou homem com o corpo bem plantado na terra e a cabeça no passado, na marcha monótona dos muares. Trabalhava no avulso, para quem lhe desse boa paga. Era madrinheiro — cavaleiro que ia na frente da tropa de gado, tocando o berrante para evitar que as vacas se desgarrassem.

Sua viagem durava até 60 dias. Parava em fazendas cujos donos lhe davam

pouso, embora preferisse ficar com os companheiros, acampados no mato, em barracas. Comia o que chama "coisa de rico": virado-de-feijão, carne assada, toicinho frito, polenta, churrasco. Carregava os mantimentos em bruacas.

As viagens de Bentinho foram feitas na época em que os tropeiros começavam a rarear.

— Os tropero mais véio já se acabaro tudo. Só sobrô eu pra contá a história.

Bentinho seguia de Lagoa Vermelha, norte do Rio Grande do Sul, passava Campo Belo do Sul, Lages, Videira, Joaçaba, Tangará, em Santa Catarina, atravessava o Paraná e chegava a Itararé, onde morou com a avó paterna. Nascido em Lagoa Vermelha, mudou-se para Itararé aos 13 anos.

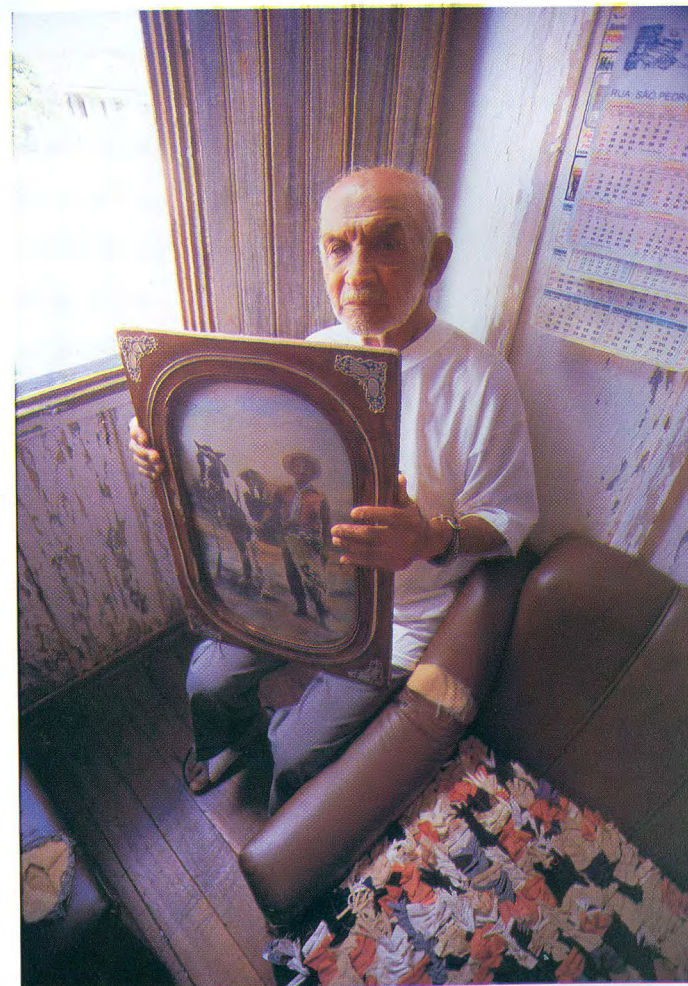
— O meu vô do lado da mãe foi um home muito ingrato: mandô matá meu pai — diz ele, aos soluços — Depois disso, mandô me matá também.

Tira a camiseta branca e mostra a barriga pelancuda:

— Eu tenho o corpo picado de bala e de facada. Tá vendo esta cravica aqui? É quebrada. Veja esse buraco no meio da barriga. Foi bem aqui que pegô o tiro. Tenho esse zóio furado cuma revorvada. Mas eu ainda escapei, e quem fez isso comigo tá no inferno. Você sabe o que é inferno? O inferno é aqui mesmo, no Brasil. O diabo é um home tar o meu vô, que mandava matá os otro.

Vendo que nosso interlocutor havia se emocionado um pouco com aquela lembrança, só para mudar de assunto Antonio faz uma pergunta cuja resposta já sabíamos.

— O senhor é casado, seu Bentinho?



Retrato de Bentinho tropeiro

— Não. Eu sô empregado de uma muié. Eu sô paje dela. Se fizé alguma coisa errada eu apanho. Apanhá de muié não é feio, porque muié é a mãe da gente. Agora, de home não. Home é bicho da carrera curta.

— E o senhor tem quantos filhos? — insiste Antonio.

— Eu não tenho nenhum. Quem tem é a minha muié!

O tropeiro conta que o equipamento que tem no paiol é usado ainda pelo filho mais novo, João Batista, de 26 anos, que, segundo o pai, é um dos melhores da região em competições de laço e montaria.

— Ele puxô a mãe. Se tivesse puxado o pai só queria sabê de muié.

Pergunto se, enquanto a comitiva dormia, o gado não se extraviava no mato. Quero saber ainda se Bentinho não tinha medo quando encontrava alguma cobra ou onça, já que esses animais eram muito comuns nos Campos Gerais.

— O bicho acostumava a ficar quieto. E tinha o cincerro. Você sabe o que é cincerro? É o tar que passa por riba d'água, não bebe água e fica gritando!

— ...

— Esses dias eu fiz uma pergunta pruns sabido. Eu disse: "Escuita, o que é uma coisa que passa gritando por riba d'água e não bebe água?" Ninguém sabia.

— E era perigoso viajar no meio do mato? — pergunto, ingênuo.

— Perigo, moço... ói aqui: no saí ali você pode, no deus-o-livre, pode caí um tombo e morrê sem contá a história. Quem tem fé em Deus não morre pagão. Eu falo a verdade pra vocês, como tem Deus no céu: eu só tenho medo de Deus me castigá. Eu não conheço medo até agora. Se me disserem: "Bento, não vá ali que

tem um bicho que vai te mordê”. Eu vô do mesmo jeito.

À medida que conversamos, Bentinho nos leva para dentro da casa. Atravessamos a cozinha, onde mostra um conjunto de espetos que usa para fazer churrasco. Chegamos à sala, que dá para o quarto tapado por uma cortina de pano florido, através de cujas frestas vêem-se um terço estendido sobre a cabeceira da cama e um calendário comercial de 1997, com a foto de uma japonesa de quimono rosa e leque, piscando um olho para os visitantes.

A sala, de dois metros por quatro, é enfeitada pelo filtro de barro com uma toalhinha de rendas no topo, a televisão portátil com alças, o rádio de válvulas, o pé de boi transformado em cantil para pinga, o chapéu de couro na parede que Bentinho ganhou de um baiano. Há várias fotos penduradas. Numa delas, Bentinho faz pose de tropeiro. Apontando para a imagem, diz:

— Naquela época, tinha muito peão laçadô. Mas no fim eu passava o recibo neles. E até agora. Eu não faço por bonito. Se sortá um garrote brabo, eu pego ele com a maior facilidade. Eu fui muito danado quando era velho. Agora que eu sô novo, não sô mais. Eu não perdia laço. Eu tinha gosto de limpá os toco. Você sabe o que é limpá os toco? É quando a gente joga o laço, passa pelas oreia, pelo zóio do bicho, e só pega dois chifrinho. Então a gente diz: limpô os toco.

Antonio pede para tirar uma fotografia com a imagem de tropeiro. Ele faz pose orgulhosa, segurando sua imagem antiga. Despedimo-nos de Bentinho e vamos em busca da Fazenda Morungava.

Morungava

Saint-Hilaire passou sua primeira noite nos Campos Gerais (27 de janeiro) na fazenda Morungava, de propriedade de um fazendeiro de São Paulo que confiara a seu filho a administração da propriedade. Embora contasse com estrutura bastante simples, espalhava-se por vários alqueires. “Quando as fazendas são muito vastas, gastam-se vários dias para percorrê-las na sua totalidade”, escreveu Saint-Hilaire, que, de um ponto a outro, espantava-se de não encontrar viva alma, mas apenas campos, rios e alguns casebres. O francês ficou contra sua vontade na fazenda, pois chovia muito, e o alojamento que lhe foi destinado encontrava-se em péssimo estado.

— Eu não sabia onde me refugiar para não ficar molhado e passava o tempo todo procurando evitar que a umidade atingisse minhas malas. Enquanto escrevia, gotas d’água pingavam no meu caderno, o vento levava os meus papéis, os cães se embaraçavam nas minhas pernas, e as pessoas que passavam para lá e para cá constantemente me forçavam a estar sempre mudando de lugar — reclamou.

Ansioso para prosseguir viagem, Saint-Hilaire permaneceu contra a sua vontade um pouco mais na fazenda. Entre outros fatos, presenciou, no dia 28 de janeiro, a uma castração coletiva de touros. Ficou admirado com o fato de que o processo de esterilização dos bovinos despertasse a atenção das pessoas da fazenda e de arredores. Embora não tivesse música nem dança — como ocorria em outras regiões visitadas por ele — a própria castração era um evento social.

Saint-Hilaire informa que o tipo de castração utilizado na Morungava era

diferente do de outras propriedades. No lugar de decepar os testículos do touro, os peões simplesmente amarravam-nos e batiam com um porrete contra o saco escrotal do bicho.

— Os criadores que preferem esse processo no lugar da ablação dos testículos alegam que este último método causa feridas que atraem vermes e demoram a cicatrizar. Alguns touros soltavam berros medonhos durante a castração, mas a maioria suportava essa dolorosa operação com uma espantosa tranqüilidade — relatou o francês.

A área que correspondia à fazenda Morungava é formada hoje por propriedades menores. As fazendas têm em média 200 alqueires, área suficiente para garantir produção farta. Originalmente, a propriedade tinha cerca de 32 mil alqueires. Foi vendida, em 1818, pelo Coronel João do Canto e Silva, neto de José Félix da Silva, para uma companhia madeireira norte-americana. Com o Estado Novo, nos anos 30, a área passou a ser patrimônio da União. E, em seguida, pertenceu ao ex-governador do Paraná Moysés Lupion. À sua época, a fazenda tinha 52 mil alqueires. Atualmente, bem menor, pertence a uma família do interior de São Paulo.

Em busca da antiga sede da Morungava, entramos em algumas propriedades, cobiçando o quintal do vizinho. Os carros, deixando uma poeira espessa apesar da freada, quase paravam quando Antonio podia ser visto, entre as vacas no pasto, com sua máquina fotográfica apoiada ao monopé. Parecia um agrimensor.

No alto de um elevado, encontramos Emílio Dib, de 70 anos, dono da fazenda WD, numa área que antes pertencia à Morungava. Emílio chama-se, na verdade,

William. Por causa de uma tia que não conseguia pronunciar direito seu nome verdadeiro, passou a ser chamado de Emílio. E assim ficou.

Orgulha-se de dizer que é o maior produtor de búfalos, de pinus e que já cultivou 5 mil alqueires de lavoura. É um homem de estatura baixa, cabelo encanecido, óculos grandes.

Pergunto sobre a Morungava. Digo que foi a primeira estada de Saint-Hilaire nos Campos Gerais.

— Eu moro a vida toda aqui e nunca topei com esse tal de ... como é mesmo o nome do cara?

Somos convidados a continuar a conversa em sua casa. É uma construção de tijolo à vista que se estende, pesadamente, por uns 30 metros. Passo pelo jardim bem cuidado e entro na sala de estar, que tem uma armadura medieval espanhola e anjos barrocos gigantes, estilizados:

— É de um artista de Minas Gerais. Ele ficou seis meses aqui em casa, fazendo tudo isso. Trabalhou para toda a minha família. Deixei o cara rico.

Apontando o Santo Antônio que está no canto esquerdo, diz:

— Bata para você ver. É imbuia.

Emílio mostra parte da casa, que descubro ter dois andares. Ao vê-la de fora, comprida, tive a impressão de que era bem menor. No mesmo ambiente, há uma mesa de madeira com vinte lugares. O assoalho é de tábuas maciças. Aparenta aspereza, mas dá para ver vultos refletidos.

Vamos para uma sala onde há um televisor de 50 polegadas, o som baixo,

e uma geladeira Frigidaire com as bordas salpicadas de ferrugem. A arrumação do cômodo me faz imaginar como seriam as amostras de Saint-Hilaire. Ao lado do televisor há umas dez espingardas em renque; duas onças-pardas empalhadas; um par de chifres bovino de mais de um metro de uma ponta à outra; aves miúdas.

Dib mostra-me a galinha avermelhada, de corpo inflado e as penas eriçadas para proteger um ovo que nunca vai dar pintinho:

— Parece que ela está pronta para te atacar — diz.

Sentamos a uma mesa com toalha verde de jogo. O dono da casa mantém a carteira de cigarros ao alcance das mãos.

— Vocês querem cerveja ou uísque? Tenho bebida para a gente ficar aqui o ano inteiro!

Estava quente. Pedimos cerveja. Em seis horas de conversa, sentado ao lado do refrigerador, Dib fumou três maços de cigarros.

Sua história é a dos imigrantes que escolheram — ou não tiveram escolha — o Brasil para trabalhar e ganhar dinheiro. Sua família veio da Síria, no início do século XX. O pai foi morar em São Paulo, mas, com a possibilidade de vida próspera, mudou-se para o interior do Paraná. Dib acumula uma vasta experiência de trabalho: foi comerciante, agricultor, dono de garimpo, pecuarista.

— Eu gosto de conquistar as coisas boas e ter o melhor para mim. Sempre quis ser o melhor — diz ele, apontando para a pele de zebra que comprou em uma de suas viagens à África.

Saint-Hilaire, em 1820, jamais teria topado com uma pessoa como o

proprietário da fazenda WD, um autêntico *self-made man*. Dib defende o trabalho como uma espécie de religião. Abomina a idéia de ficar parado, sem produzir e acumular riqueza.

Nos seus escritos, Saint-Hilaire afirma que a sociedade escravocrata gerou uma classe de senhores que simplesmente abominava o trabalho. Fazer esforço físico para o próprio sustento era uma vergonha em algumas províncias.

Uma aristocracia do ócio vivia no Brasil, durante o período colonial. Penso num quadro de Debret em que o perfil de um oficial da corte, portando um guarda-chuva pequeno, contrasta com o da escrava que vem dois passos atrás, descalça, carregando toda a parafernália de seu senhor.

O historiador Sérgio Buarque de Holanda, em seu "Raízes do Brasil", afirma que a frouxidão das instituições brasileiras — e a pouca afeição à labuta, no início da colonização — originou-se do caráter do povo ibérico, mais inclinado à aventura do que ao trabalho. Essa característica teve aspectos positivos e outros negativos, evidentemente. Pois foi o gosto pela aventura que franqueou a ocupação do país.

Diferentemente de outros lugares, Saint-Hilaire considera que nos Campos Gerais o "trabalho não é considerado ignominioso". Sem escravos, mesmo os agricultores mais abastados tinham que se encarregar do cultivo de suas próprias terras. Apesar disso, o naturalista escreveu que ainda se trabalhava o menos possível. Imperava a lei do menor esforço. A principal ocupação — a criação do gado — exigia pouco ou quase nenhum labor.

O fazendeiro pergunta sobre Saint-Hilaire, dizendo-se inconformado com o

fato de nunca ter ouvido falar do francês:

— Eu adoro história — conta ele, que mostra um álbum de fotografias de páginas soltas que comprou aos quinze anos, guardado como relíquia.

— Este aqui é o Getulinho quando ele chegou de trem a Itararé.

Indica a foto de um Getúlio Vargas miudinho, sem a pança que empinava o seu perfil.

É um álbum com imagens da Revolução de 30 em Itararé. Dib reclama que não consegue identificar as legendas das fotos, que foram arrancadas por alguém para quem emprestou o álbum.

Uma das fotos mostra um soldado estendido no chão em posição de tiro, ao lado de uma casa que logo fico sabendo que é a sede da fazenda Morungava. As paredes estão crivadas de bala.

Conversando sobre garimpo — tema predileto de Antonio — , o fazendeiro conta que, quando se procura alguma coisa nos rios de Itararé ou Sengés, podem-se encontrar duas coisas: diamantes ou balas da Revolução de 30. O museu de Itararé conta com uma grande coleção delas — muitas foram achadas em rios ou nos campos das fazendas.

Depois de termos bebido com Dib, feito aperitivo com salame e queijo minas e jantado macarrão à bolonhesa, decidimos ir para o hotel, em Itararé. Era meia-noite e o centro da cidade estava deserto.



No dia seguinte, no meio da manhã, com um pouco de dor-de-cabeça, rumamos à antiga fazenda Morungava, cujo nome havia sido mudado para Santa Gil, em homenagem à mulher do ex-governador Moysés Lupion. Na conversa que tivemos com Dib, ele contou que a mulher de Lupion havia sido enterrada na capela da fazenda e que seu corpo fora transferido para um cemitério em Curitiba. Essa transferência teria originado uma briga na família.

Ao chegar à sede da Morungava, tive a impressão de estar entrando num jardim abandonado. Durante meia hora, eu e o fotógrafo Antonio hesitávamos em captar as imagens, pois não havia ninguém ali e poderíamos estar fazendo algo errado: ninguém na casa grande branca, com as portas em azul claro, nem mesmo nas moradas de madeira que, imaginávamos, eram dos empregados. Sequer um reles gato ou vira-latas. Andamos de um lado para outro, observando os detalhes enquanto não aparecia ninguém.

A casa fica numa área de gramado sob árvores frondosas. O branco contrasta com a sombra e a umidade do lugar. Ladeando a casa, existe um muro de pedras, muito semelhante aos que foram erigidos pelos escravos na época do Império e que eram muito comuns nesse tipo de fazenda. A uma distância de 20 metros da casa, há uma capela. Esse conjunto de casa e capela era constante em todas as regiões do Brasil. Como não havia paróquia nas cercanias, melhor era garantir uma certa intimidade com os santos ali mesmo. Ninguém dispensava proteção.

Vindo de um capão de mato acompanhando a boiada e falando com ela numa linguagem econômica, toda feita de palavras curtas, avistamos um rapaz que



Fazenda Morungava - Sengés

logo descobrimos chamar-se Gilmar Pereira, de 33 anos. Aos poucos, ganhamos a confiança de Gilmar, que nos levou para conhecer a sede da propriedade de 115 alqueires, onde se cria gado, principalmente, e reúne grupos para turismo rural. É uma das fazendas da família do empresário paulista Reinaldo Rodrigues da Silva, que vem à Morungava apenas nos finais de semana. Gilmar cuida da fazenda sozinho. Quando o trabalho aumenta, contrata alguns peões da cidade.

— Eu não entendo como esse pessoal reclama de desemprego. É a maior dificuldade para arrumar gente para trabalhar aqui. Quando eu digo que eles vão ter que trabalhar no domingo não querem nem saber.

Pergunto se não é muito difícil morar num lugar tão silencioso como aquele.

— A gente acostuma. E vem muito turista nos finais de semana. Você sabe. Os donos da fazenda, de uns tempos para cá, transformaram aqui num hotel fazenda. Eu vou te mostrar os quartos. Aqui vem um pessoal do interior de São Paulo que dá palestra, faz massagem, relaxamento, meditação e até banho de o-furô.

— Que interessante! — surpreende-se um Antonio que não gosta de esconder o interesse por assuntos metafísicos. — E onde fica?

— Fica no lugar onde era a senzala.

Sem que Gilmar ouvisse, Antonio comenta que aquilo parecia estranho: curso de meditação e uma banheira de ô-furô onde era uma senzala!

— Esse lugar tem um carma negativo — exagera Antonio. — É como fazer uma sessão espírita onde foi um campo de concentração!

Saímos do local onde acontecem as massagens e os banhos relaxantes com

sais e fomos até uma casinha, com uma grade na frente que lembra uma cadeia e uma parede interna dividindo-a em duas células.

— Dizem que aqui eles colocavam os escravos doentes. De um lado iam os escravos e do outro uma ou duas onças-pardas. Então eles colocavam o escravo e a onça numa mesma cela — relata Gilmar.

Entramos na casa que fora construída muito depois da passagem de Auguste de Saint-Hilaire. Segundo os cálculos de Antonio, deveria ter no máximo uns 90 anos. Pergunto se é a mesma das fotos de Dib. Provavelmente passou por uma grande reforma. Gilmar não sabe responder.

Apesar de ampla, a casa não tem nada de especial. Não há móveis originais, e os quadros e objetos que a adornam evocam várias épocas — não aquela do viajante francês.

Vamos almoçar novamente na rua São Pedro. Comemos o mesmo virado-de-feijão do restaurante do Alfredinho, que havia pesado no estômago. Depois do almoço, voltamos à Morungava. Por R\$ 20, Gilmar leva-nos às cachoeiras das fazendas da região e ao pequeno cânion que pertence a uma empresa de reflorestamento. Antonio fica espantado que até mesmo na parte de acesso mais difícil do cânion a mata nativa foi encoberta pelo reflorestamento de pinus. Saímos de lá e fomos para a cachoeira véu-de-noiva. Tem uns 30 metros de altura, a água é gelada. De uma margem à outra são quase 50 metros. Atravesso o rio a nado e passo mal. Não havia dado o tempo necessário para a digestão. Na verdade, passei muito mal aquele dia.

O encontro das águas

No dia seguinte, à tarde, resolvemos voltar a Jaguariaíva para acompanhar o percurso de Saint-Hilaire. Ao sair da Morungava, o viajante passou pela fazenda Boa Vista — nome comum de propriedade rural no Brasil, o que pode causar um pouco de confusão. Depois disso, passou pela fazenda Caxambu, até chegar à fazenda Jaguariaíva, a maior propriedade que visitara desde que saiu de Sorocaba. De acordo com as pessoas com quem conversamos, essas fazendas não existem mais. Com o tempo, foram se fundindo a outras e, por fim, desapareceram.

— A Fazenda de Jaguariaíba compunha-se de uma dúzia de choupanas para os negros, de algumas construções necessárias às atividades da propriedade, e da casa do dono. Por trás das árvores ficavam os currais, que à época da minha viagem continham numeroso gado — escreveu o francês.

As fazendas nos Campos Gerais começaram a surgir no final do século XVIII, quando os pastos da região passaram a ser aproveitados para a criação de gado ou para as invernadas. A agricultura, devido à distância dos centros consumidores, só foi valorizada muito mais tarde. A pecuária possibilitou ocupação muito diferente daquela vista nas regiões de mineração, grande foco econômico do Brasil até o final do século XVIII.

Nas áreas de mineração, as migrações e deslocamentos eram muito mais comuns. As novas descobertas de minas faziam com que a população se deslocasse, gerando a decadência de algumas cidades. Onde se criava o gado, a ocupação do

território era mais estável. As fazendas se alastravam por contigüidade, originando mais tarde as cidades. Com o tempo, fazendas se transformaram em cidades, e áreas foram se fundindo. Não houve tempo para preservar as ruínas.

Em se tratando de povoamento, os Campos Gerais passaram por uma intensa modificação desde que Saint-Hilaire passou pela região.

A área de pastagem virou região produtora, contribuindo com a ampliação das tropas que iam para São Paulo. A implantação da pecuária nos Campos Gerais se deve, principalmente, à proximidade do grande centro consumidor que era Sorocaba.

Com o deslocamento do eixo econômico do país do Nordeste para o Centro-Sul, a partir do século XVIII, a região começou a se modificar de forma intensa. Primeiro, com as fazendas de criação de gado.

Depois foi a vez da agricultura, que permanece forte até hoje. Mais recentemente, ocorreu o desenvolvimento industrial. Apesar disso, o Estado tem muitas regiões pobres.

A memória do passado recente se perdeu. Ao contrário de regiões como o sertão nordestino, que ainda se encontra isolado do país e onde há forte caldo de cultura popular, as áreas rurais do Paraná estão bastante integradas às cidades. Isso gerou aculturação.

O paranaense do interior é fruto da mistura de movimentos migratórios. E sua identidade cultural? Talvez tenha sido engolida pela forte influência de valores "universais" divulgados pelos meios de comunicação de massa.



Equipamento de garimpo - Museu do Diamante - Tibagi



Chegamos a Jaguariaíva quase no final da tarde. A cidade tem na sua entrada uma estátua de uma onça-parda. É um bicho em extinção, apesar de ainda poder ser visto nas fazendas, comendo carneiros e outros animais pequenos. Antes de chegar a Jaguariaíva, fomos até o município de Sengés. A cidade fica num morro. Lembra algumas ruas de Ponta Grossa. A construção mais imponente é a igreja, cuja base forma um círculo, no meio da praça. O fazendeiro Emílio Dib nos contou que ela foi construída depois de muita polêmica. O padre mandou derrubar a igreja antiga e colocou essa no lugar. A cidade tem algumas casas bonitas. Mas tem um aspecto triste de vila operária. De todos os lados, é possível avistar uma indústria de papel e celulose, que dá a Sengés um semblante soturno, uma falta de alegria.

A estrada que liga Sengés a Jaguariaíva, Saint-Hilaire percorreu passando pelas fazendas, notando a modificação da paisagem. Em meio a rochas e vegetação variada, os campos tomavam conta, formando vários elevados. O mesmo trajeto hoje é ocupado por uma grande extensão de plantação de pinus — utilizado na fabricação de papel e celulose. Essa árvore importada dá à região um tom postiço: uma prótese verde dos Campos Gerais. Mas é o que dá lucro, dizem alguns.

Chegamos a Jaguariaíva e vamos diretamente ao Parque Linear da cidade. Fiquei desconfiado desse nome: por que linear? Provavelmente porque acompanha o curso do rio? Talvez. É uma área bonita. Algumas pontes sobre pedras, as margens gramadas. É o encontro dos rios Jaguariaíva e Capivari, onde não existe a menor possibilidade de haver peixe.

Antonio tenta fotografar as águas, mas descobre que está na margem contra

a luz do sol. Descemos um barranco que dá numa casa perto da antiga usina. É ocupada por várias famílias de sem-teto. Uma matilha de vira-latas deixa bem claro que não somos bem-vindos. Um deles, mais ousado, quase morde o pé de Antonio. Tento enfrentar o bicho, mas desisto.

Nosso próximo destino foi a fazenda Fortaleza, a mais de 100 quilômetros dali.

Fortaleza

— José Félix da Silva era o seu nome, e ele passava por ser um dos homens mais ricos da Província de São Paulo, sendo ao mesmo tempo famoso por sua avareza. Esse homem tinha-se casado com uma mulher pobre, e como a tratasse com extrema severidade, ela planejou desembaraçar-se dele, mandando assassiná-lo. Empreitou dois fascínoras para que dessem cabo dele, mas o homem se defendeu valentemente e conseguiu escapar. Não obstante, perdeu durante a luta todos os dedos de uma mão, e a outra ficou também muito ferida, além disso os golpes que recebeu o deixaram permanentemente manco. Ela foi posta na cadeia, mas o marido conseguiu tirá-la de lá a custa de muitas manobras e petições. À época de minha viagem fazia já muitos anos que ele a mantinha confinada. Ela só tinha uma filha, que se casara e enviudara, e era também forçada a morar na fazenda. A moça havia tentado fugir várias vezes, mas o pai sempre mandava pegá-la de novo. Como José Félix fosse

igualmente impiedoso para com seus escravos, era tão detestado por eles quanto pela mulher e a filha, e por diversas vezes eles tentaram matá-lo. Esse infortunado homem tinha chegado a um tal ponto de desconfiança que conservava trancadas a chave as suas mínimas provisões e encarregava o seu neto, um menino de oito ou dez anos, de aparar a sua barba — escreveu Saint-Hilaire.

Depois de uma viagem que transcorreu lenta, com várias paradas na estrada para fazer imagens, chegamos no meio da tarde calorenta à fazenda Fortaleza. A sede fica a duzentos metros da estrada de terra, a Transbrasiliana, num lugar próximo à cidade de Ventania. É, certamente, a mais famosa do município de Tibagi, onde morei até os 14 anos. Quando era criança, não sabia por que era tão famosa. Alguns moradores mais antigos diziam que havia assombração à noite. Fantasma de escravos mortos por maus-tratos gemiam e arrastavam grilhões. O seu primeiro proprietário tinha fama de mandar mutilar e arrancar os dentes dos negros. Como era um dos locais dos Campos Gerais mais circundados pelos índios, eram muito comuns os conflitos entre os Coroados e os empregados. Daí o nome Mortandade, conferido a um capão de mato que, no final da tarde, abriga diversas espécies de aves e pelo menos dez tonalidades de verde.

Quando chegamos, quem nos espera é o atual proprietário, Márcio Ribas de Matos. Está mexendo com canteiros ao redor da casa branca, que se espalha por um gramado amplo e dá a impressão de ser baixa. Veste calça de malha azul, botina, camiseta branca com o nome da fazenda estampado e óculos escuros. A entrada da casa, na face norte, volta-se para o Capão da Mortandade; a lateral direita para o

caminho que leva a Tibagi, utilizado pelo viajante francês para chegar à Barra do Iapó, seu destino seguinte; o lado esquerdo volta-se para a capela do Jesus da Fortaleza; e atrás da casa há uma piscina nova, que quebra a sobriedade do lugar e, não sei bem por que, afasta os fantasmas da fazenda. Antonio chega com uma grande expectativa à Fortaleza por causa das histórias de crime e tortura. Espera entrar num ambiente sombrio, em que o dono, pálido, com hábitos exclusivamente noturnos, estaria repousando num ataúde no porão da casa.

Provavelmente todas as outras fazendas contavam com os seus algozes e mártires. Durante os primeiros séculos de história do Brasil, todo mundo sabe, eram muito comuns as atitudes violentas e impensadas contra os criados, esposas, escravos. Daí a crença em assombrações. É claro que esse tipo de procedimento resiste até hoje, pelas mãos dos sinhozinhos que procuram se vingar da forma mais primitiva possível, por meio de jagunços e da violência. Isso acontece até mesmo em Estados brasileiros de situação econômica menos degradada, como é o caso do Paraná.

Márcio lida com as plantas ao lado de duas crianças louras muito bonitas. Quando nos vê chegar, convida-nos para entrar na casa. Não é a figura estereotipada de fazendeiro que se poderia esperar. Se estamos atrás de um *landlord* acostumado a dar ordens, não é esse o caso. Vamos até o interior da casa, onde Márcio oferece-nos cerveja sem álcool. Põe um disco de Ney Matogrosso, que ouvimos sentados em assentos baixos, com encosto bastante inclinado, tentando nos livrar dos mosquitos da tarde. Pergunto se posso usar o gravador para a entrevista. Márcio prefere não ter sua voz gravada:

— Você tem memória boa, não tem?

Tento, em vão, fazê-lo falar da história de José Félix da Silva, o senhor da Fortaleza. Márcio mostra-me os desenhos originais do livro publicado por Davi Carneiro, "O Drama da Fazenda Fortaleza", em pequenos quadros em sua sala, e uma reportagem publicada em O Estado de S. Paulo para uma série sobre os 500 anos do Brasil.

— A história está toda aí — diz.

Pergunto se José Félix era muito violento.

Ele responde que o dono da Fortaleza não era nem mais nem menos violento do que os outros donos de terra. A sociedade daquele tempo era assim e, de certa forma, continua sendo.

— Mas hoje as coisas melhoraram. As terras não estão concentradas apenas nas mãos de poucos proprietários como naquela época — afirmo.

— Neste país ainda não se fez reforma agrária — responde ele, dizendo que viver na época em que havia muito poucas facilidades como a de José Félix equivale a viver hoje como a maior parte do povo brasileiro, à margem do consumo e na ignorância.

Quando pertencia a José Félix da Silva, a Fazenda da Fortaleza tinha mais de 20 mil alqueires de terra. Hoje, foi dividida, e apenas a sede pertence à família de Márcio. Boa parte das terras foi vendida ou arrendada. As terras são destinadas principalmente à agricultura. A partir dos anos 70, essa região dos Campos Gerais passou a atrair pessoas de várias partes do país. Hoje, existem muitos latifúndios,

em áreas que se estendem por mais de mil alqueires. Por serem mecanizadas e por não haver agroindústria na região, as fazendas promovem pouca divisão de renda. O dinheiro não circula e fica como nos tempos de José Félix.

Diamante

A menos de 30 quilômetros da fazenda Fortaleza, pela estrada que tem alguns trechos de asfalto e outros tantos de terra, chegamos a Tibagi, cidade de 18 mil habitantes que vive da agricultura e do comércio. Há alguns anos, cogita-se investir no turismo, já que existe uma quantidade razoável de cachoeiras nas fazendas, ao lado das lavouras, e um certo encantamento de vida do interior que pode atrair os cidadãos estressados das metrópoles.

— Tibagi, onde a vida é melhor — dizia, peremptório, o lema da Prefeitura.

No município está localizado o cânion do Guartelá, transformado em parque estadual no início dos anos 90. Quando o fluxo de visitantes começou a aumentar, um inspirado vereador de Castro se encarregou de disseminar a informação de que era o sexto maior cânion do mundo. Dizer isso hoje é quase um apostrofo ao nome Guartelá.

— Aonde você vai?

— Ah! Eu vou ao cânion do Guartelá, o sexto maior do mundo.

A história pegou, e ninguém foi verificar quais são os outros cinco cânions



Garimpeiro Diogo - Tibagi

maiores do que o do Guartelá. Pegou tão bem quanto algumas crenças populares de que se tem registro ainda nas áreas rurais de Tibagi e no Brasil todo, segundo as quais comer manga com leite mata; mulher menstruada ou com filho recém-nascido não pode lavar o cabelo; deixar o sapato de ponta-cabeça é morte da mãe na certa.

Demorou muito para que os moradores assimilassem o nome, emprestado do inglês, conferindo um certo ar de marca de condomínio de luxo ao vale do rio Iapó. O local sempre foi conhecido como Guartelá, uma das áreas rurais de Tibagi, assim como o Barreiro, o Pinheiro Seco, o Alto do Amparo, a Campina Alta, a Santa Rosa, onde vive quase a metade da população. Apesar do crescimento da cidade nos últimos anos, ainda existe muita gente morando na zona rural.

Guartelá, nome que à primeira vista parece indígena, vem do mais lídimo português. Conta-se na cidade que, à época em que Saint-Hilaire esteve nas cercanias do lugarejo ou um pouco antes, discutia-se qual era o local mais seguro para as pessoas se protegerem dos ataques dos silvícolas. Conclusivo, um dos interlocutores disse:

— Guarda-te lá que aqui bem fico.

E, então, estava criado o nome, que anos mais tarde a revista Veja, em suplemento editado no Paraná, resolveu mudar para Quartelá. Como foi a primeira matéria jornalística publicada sobre o parque por uma revista importante, o estrago foi grande: os turistas passaram a chamar o lugar de Quartelá, coisa esquisita para os tibagianos.

O parque chegou a ficar fechado por um período, devido ao lixo que os

turistas de Curitiba, Ponta Grossa e outras regiões do país trouxeram e não quiseram levar de volta. Por causa do vandalismo e do descuido, o acesso a pinturas rupestres ainda é restrito a grupos que chegam ao lugar com guias controlados pela administração do parque.

Misteriosamente, Saint-Hilaire não passou pelo cânion. Esteve na fazenda Guartelá, que desapareceu do mapa. O francês passou a alguns quilômetros da área que hoje compõe o Parque Estadual do Guartelá.

Ao sair da Barra do Iapó, na margem direita do Tibagi, foi até a fazenda Guartelá e depois à fazenda Igreja Velha, que existe até hoje. Sua próxima parada foi a cidade de Castro.



Apesar de se pensar em investir no turismo, os negócios nessa área ainda não deslancham em Tibagi e em qualquer outra cidade dos Campos Gerais. Andando pela praça da cidade, encontro um comerciante que reclama que investiu numa loja de brinquedos num dos melhores pontos da cidade e não vê correr o estoque.

Em Tibagi há poucas opções de emprego. Deslocada do eixo de desenvolvimento do Paraná, a cidade é um dos maiores produtores de grãos do Estado e conta com agricultura mecanizada, bastante desenvolvida, que depende de pouca mão-de-obra. As empresas que beneficiam os produtos de Tibagi integram o parque industrial de Ponta Grossa.

O turismo poderia ser uma boa solução, mas a cidade está apenas começando a se estruturar.

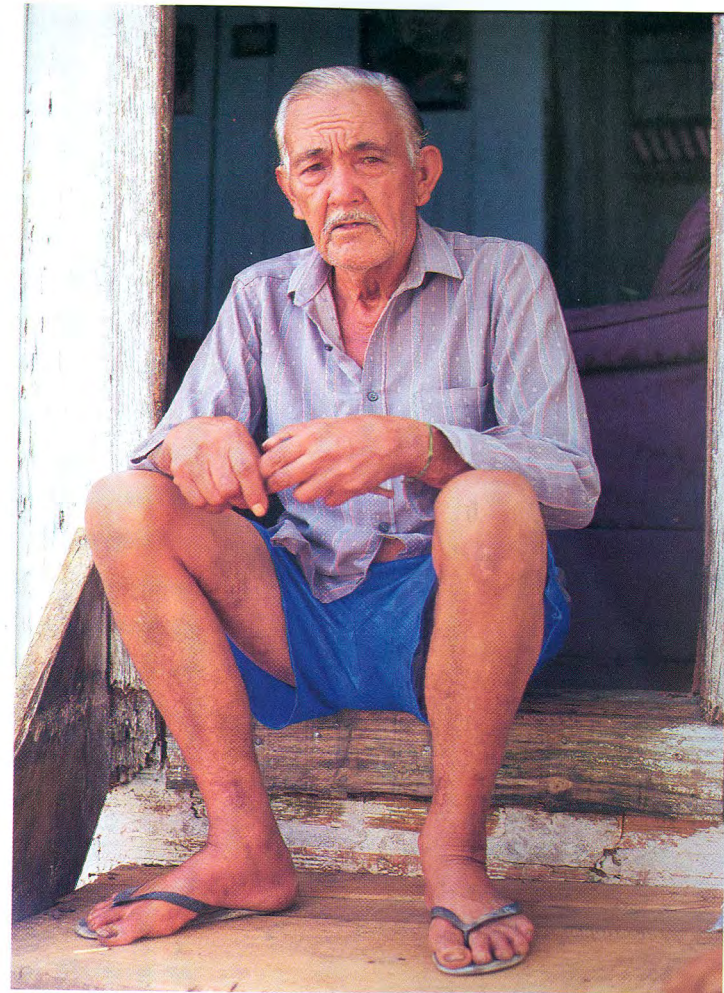
Um outro fato acaba contando contra Tibagi. Nas grandes lavouras são usados agrotóxicos para o controle de pragas. Não se fala em controle biológico. O uso de veneno já está incorporado na cultura dos agricultores.

Como se sabe, a revolução verde dos anos 70 proporcionou a ampliação da produtividade nas lavouras a partir do uso de produtos químicos, em nome do aumento da produção de alimentos e, é claro, do lucro das multinacionais. Antes dessa época, a agricultura de Tibagi resumia-se à produção familiar em pequenas propriedades. Quando o potencial da região foi descoberto, formaram-se as grandes lavouras, e popularizou-se o uso de agrotóxicos.

Devido à falta de informação dos agricultores, as matas ciliares dos principais córregos da cidade foram destruídas. Com muitas lavouras circundando os rios, parte das águas acaba sendo contaminada, embora nos finais de semana muitos banhistas procurem se refrescar no arroio da Ingrata, onde há várias cachoeiras, bastante semelhantes às dos rios do Funil e Verde, de Sengés e Itararé, descritos por Saint-Hilaire.

Apesar de não haver registro de contaminação de banhistas, até pouco tempo era comum serem encontradas embalagens de veneno nas proximidades dos rios.

Com o aumento do fluxo de turistas, alguns proprietários de terras resolveram radicalizar. Eles fecharam suas propriedades que são cortadas pelos rios.



Garimpeiro Mano - Tibagi

Saindo da Fazenda Fortaleza, Saint-Hilaire caminhou duas léguas e meia até o ponto onde o rio Iapó deságua no Tibagi. Ficou hospedado num lugarejo chamado Barra do Iapó, na margem esquerda do rio Iapó. Como chovia muito, o viajante passou o dia catalogando as plantas que havia coletado durante a viagem. Sobre a vila de Tibagi, na margem esquerda do rio com o mesmo nome, disse o seguinte:

— O temor dos índios fez com que alguns colonos decidissem estabelecer-se juntos uns dos outros, e assim se formou a vila de Tibagi. À época que por lá passei, essa vila, assim como a Fortaleza, dependia da paróquia de Castro, distante dela cerca de 10 léguas.

O que chamou a atenção de Saint-Hilaire no rio Tibagi foram os minérios:

— Entre todos os rios dos Campos Gerais que contêm ouro e diamantes, o Tibagi é considerado o mais rico; existem mesmo diamantes nas terras que o circundam, especialmente — segundo me disseram — a algumas centenas de passos da vila que tem o seu nome. Parece que nos tempos em que os paulistas vararam os sertões buscando ouro e caçando índios, alguns bandos deles que chegaram até aquela região encontraram ali diamantes. O governo foi informado dessa descoberta e, para impedir que sua exploração caísse na mão de particulares, decidiu colocar uma guarda na região. Mais tarde a guarda foi suprimida, e o contrabando de diamantes começou a ser feito não só por alguns dos habitantes do lugar como também por garimpeiros que vinham de fora e até mesmo da Capitania de Minas Gerais. (...) Parece que à época da minha viagem unicamente os habitantes da vila de Tibagi se ocupavam com esse trabalho clandestino, lavando ora algumas bateias

de cascalho recolhido aos caldeirões dos córregos, ora um pouco de terra tirada nos locais onde eles sabiam que existiam diamantes.

Na primeira metade do século XX, o diamante do rio Tibagi ficou famoso em todo o Brasil pela sua qualidade. Até essa época, houve surto de garimpeiros na cidade. Primeiro, apareceram os baianos, no final dos anos 30 até o início dos anos 40. Depois disso, o garimpo nunca deixou de existir, mas foi sendo praticado em menor escala – porque foram descobertas jazidas em outras regiões do Brasil e em outros países, como é o caso da África do Sul e Austrália, que têm diamantes de alta qualidade. A partir dos anos 70, a economia do município passou a centrar-se na agricultura.

Antonio me explica por que o diamante existente na África lembra o de Tibagi. Com os movimentos geológicos, a África e a América do Sul, que formavam o supercontinente de Gondwana, separaram-se e formaram porções de terra distintas. Apesar disso, características das rochas foram preservadas.

Meu companheiro de viagem conta que antes de Saint-Hilaire ter passado pela região já havia referência aos diamantes, quando ocorreram expedições militares em 1750. O geólogo Eschwege, a quem o naturalista francês visitou em Minas Gerais, fez menção à existência das pedras nos Campos Gerais em 1834, na obra "Pluto Brasiliensis". Um outro estudioso, Orville Derby, visitou a região em 1875, e escreveu a obra "Viagem à Região Diamantífera da Província do Paraná". Segundo Antonio, é um dos estudos mais importantes sobre a geologia do Estado.

Diferentemente de Minas Gerais, as lavras de Tibagi são esporádicas. Foram

ativadas principalmente em épocas de recessão econômica: nos anos 30 ou anos 80. Antonio me diz que, apesar de serem bonitos, os diamantes do rio Tibagi e afluentes são pequenos e, por isso, não possibilitaram que a região se tornasse um distrito de mineração. Na cidade ocorreram, na verdade, alguns surtos de garimpo. Nada mais do que isso, embora há quem diga que uma faixa de diamantes jaz, inexplorada, na margem esquerda do rio Tibagi, bem debaixo da cidade. Bastaria um pouco de coragem para destruir a cidade e explorar a jazida.

Como o próprio Saint-Hilaire descreve, o diamante ocorre em vários rios dos Campos Gerais. Mas o seu eixo de concentração é o rio Tibagi e seus afluentes, e está muitas vezes associado à presença de ouro. O naturalista francês cita que os diamantes vão se alojar nos caldeirões. Isso ocorre porque tanto o diamante quanto o ouro são mais densos do que os outros materiais. Quando são carregados pelo rio, acabam se alojando em baixios e cascalheiras.

No começo do garimpo no rio Tibagi, a exploração se concentrava nas margens, já que o rio é muito profundo. No início do século XX foi introduzido um sistema para explorar o leito do rio, que era o escafandro. No museu de Tibagi, existem várias fotos mostrando os mergulhadores escafandristas.

Antonio continua me explicando. Segundo ele, ninguém sabe ao certo como surgiram os diamantes do Tibagi, devido a uma particularidade. Na África, o diamante está cravado na "rocha mãe" e deve ocorrer em pedras compatíveis com sua formação. No Tibagi, isso não acontece: eles estão soltos no rio ou nas cascalheiras. Uma das hipóteses é que o diamante tivesse chegado à superfície por meio de

vulcanismo que aconteceu há uns 300 milhões de anos. Depois disso, com a separação dos continentes, toda a paisagem foi modificada, por meio de processos como glaciações, transporte fluvial e degelo. O diamante pode ter-se espalhado para bem longe de sua fonte.

— Existem alguns estudos químicos que mostram semelhanças entre os diamantes do Tibagi, os da África e da Sibéria. O diamante pode ter sido transportado da rocha original por geleiras antes da separação do continente de Gondwana — explica Antonio.

De acordo com o meu amigo, uma das explicações para o fato de o diamante do Tibagi ser fraturado é a possibilidade de ter sido transportado por grandes distâncias. Isso explica também a pureza dos diamantes da região. Alguns podem alcançar um tamanho razoável. Ao encontrarmos o comerciante e garimpeiro Sílvio Pedroso, ele nos mostrou duas pedras: um diamante pequeno e outro do tamanho de um grão de feijão. O maior deles apresentava várias fraturas, enquanto o menor era mais puro.

Sílvio Pedroso, de 52 anos, mostra-nos dois diamantes na palma da mão poucos minutos depois de chegarmos ao seu bar, no conjunto do BNH, na saída da cidade para Castro. O preço que pede é R\$ 4 mil e garante que a venda já está acertada com um comprador de outra cidade.

O maior tem, segundo o garimpeiro, 2,4 quilates. O diamante é pesado por quilate, que equivale a um quinto do grama. Diferentemente da pedra menor, o diamante grande tem impurezas: pequenas fraturas que o tornam um pouco feio.

Com a lapidação, pode chegar a 1,5 quilate, calcula Silvio.

Ao notar o nosso interesse em conhecer sua lavra, Silvio recolhe a garrafa de cerveja do balcão e movimenta-se para fechar a porta de aço. Com facilidade, convence seu único freguês, que estava terminando de bebericar o que restava da cerveja. Vendo no olhar rápido de Silvio uma mistura de euforia e pressa, bebe logo o resto do líquido quase morno no fundo do copo e diz que tinha mesmo um compromisso naquela hora. Sai lento, abeirando a cerca de arame, e desaparece no preto do calçamento.

Sílvio nos leva até o Barreiro, a uns 10 quilômetros do centro. É uma localidade alta, de onde se vêem as casas de Tibagi, que se transformam em chumaços de papel branco e logo desaparecem atrás dos morros e das encostas. No meio do caminho de terra, cruzamos homens a cavalo ou sobre bicicletas e mulheres com os filhos no colo ou em filas desalinhadas. Elas protegem a cabeça com lenços coloridos. Depois de passarmos por uma ponte estreita, ao fim de uma baixada, acenamos para uma velha de rosto enrugado, que se protege do sol com uma sombrinha branca que estampa, gigante, o rosto da cantora Madonna.

Chegamos à propriedade onde fica o córrego, escondido no meio do mato. Silvio diz que, na sua opinião, um dos motivos que levaram ao declínio do garimpo é o fato de alguns fazendeiros impedirem a entrada de estranhos em suas terras:

— Tem fazendero aí que não é do garimpo. Mas os que é, esses deixa a gente trabaia. No Barrero não tem pobrema. Você trabaia onde qué. Porque o home tem prazer de vê os garimpero. Eu trabaio de meia-praça com mais dois rapaiz. De



Sílvio com os diamantes

otro jeito não me serve.

Silvio faz uma comparação do seu trabalho com o do dono de garimpo Ricardo Nolte, conhecido na cidade como Butina, que há alguns anos resolveu investir na extração, utilizando equipamentos mais modernos. Butina é também agricultor e vice-prefeito de Tibagi.

— Tem uma turma que trabaia co Butina. Mas o pobrema é que a porcentage é muito pôca.

— Então não vale muito a pena?

— Se tocá de dá, dá bem pra ele, pro dono do garimpo.

— Mas para o garimpeiro não dá?

— Não dá. Bamo dizê: às veiz trabaiam em cinco ou sei zome. Tem que dividi cum tudo os peão. Daí num dianta. Eu prefiro trabaia manual, cum menos serviço. Esses do Butina são gente sem despesa, que não tem famia. Se pegá tá bão se não pegá tá bão do memo jeito. Ele tá cumeno ali. Chega um finar de semana que eles qué i pra cidade, o Butina larga um cinqüentão pra cada um, tomuma pinga e tá tudo bão. Quando acontece de pegarem um diamante bão, na turma ali, eles ficam uma semana na cidade fazeno festa. Inquanto não desaba o úrtimo, eles num vorta imbora.

— Mas o senhor é mais comedido, não é de gastar muito?

— Num dianta, né? É bobage tá moendo dinheiro.

— O senhor pega uma média de quantos diamantes por mês?

— Ah... Não dá pra tê uma média. Nós fizemo um desmonte de trator de

estera, no terreno dum landeis. Tinha uns cinco metro e meio de barranco pra chegá no cascaio. Nós lavava, nós trabaíava em oito home. Tinha veiz da semana que nós lavava cascaio a semana intera sem vê a cor de um diamantinho.

Sílvio conheceu o garimpo com o pai, quando tinha 10 anos. Sempre trabalhou de forma manual, usando as peneiras. Nunca quis se arriscar com o escafandro. O maior diamante que já pegou foi de 5 quilates, que valeria hoje, segundo ele, cerca de R\$ 20 mil. Lapidado, numa jóia com desenho exclusivo, o preço seria muito maior.

Infelizmente, havia chovido muito na noite anterior, e os garimpeiros não estavam trabalhando. Não tinha ninguém no rio. Voltamos à cidade à procura dos garimpeiros mais antigos. No dia seguinte, vamos encontrar Diogo.



A Vila São José, conjunto de casas que começou a tomar forma há uns dez anos, fica na saída de Tibagi para a cidade de Telêmaco Borba. A maior parte das moradias é de madeira. Algumas casas são caiadas com cores fortes. O lugar é chamado de Pau-fincado pelos moradores do centro de Tibagi.

A moradia do garimpeiro Diogo é verde e fica no alto de um pequeno morro. Para chegar até lá, subimos uma escadaria cavada na terra, que nos dias de chuva, imagino, deve ficar lisa como sabão. Ao me ver, Diogo acena e convida-nos para entrar. A casa fica atrás de uma roça de milho graúdo, quase na hora de virar pamonha.

Diogo, que conheci falante e cheio de chalaça, parece cansado. Tem os movimentos lentos e fala de forma pausada. Anda poupando o máximo a ginga do corpo. Pensa muito antes de falar, como se estivesse medindo as palavras. Tem 74 anos, mas se o avaliasse apenas por uma fotografia, não lhe daria essa idade.

Entramos na casa de dois cômodos muito asseada. Ele está na companhia de sua mulher. Ela deve ter a idade do marido ou talvez seja alguns anos mais jovem. Sentamos à mesa da cozinha, num banco comprido sem espaldar, com a madeira lustrosa de tanto ser usada.

São onze horas da manhã, e a mulher de Diogo esquentava a água para cozinhar o arroz no fogão a gás de quatro bocas. Oferece-nos doce-de-leite num copo de vidro. Querendo torná-lo mais saboroso, adiciona uma colher de açúcar cristal. O doce fica granulado.

Diogo é um dos últimos garimpeiros que viram o período áureo do diamante no rio Tibagi, no início da década de 40, quando a febre da busca pela pedra trouxe às cercanias da cidade aventureiros de várias partes do Brasil — muitos deles da Bahia.

— A baianada chegou a tirar três quilo de um lugar que chamavam Assombro — conta ele, num tom didático e com voz pausada.

Diogo começou a garimpar adolescente. Nessa época, o rio Tibagi e os arroios da região estavam sempre cheios de homens trabalhando. Eles montavam acampamento nas próprias barrancas do rio, e iam passando pelo leito como se fosse em arrastão. Como o leito do rio era fundo em alguns pontos, os patrões

tinham escafandristas que ficavam até três horas debaixo da água, quebrando cascalho e mandando para cima. Esse material era depois quebrado e explorado pelos garimpeiros.

Diogo trabalhou com o escafandro. Dos garimpeiros que mergulhavam, é um dos únicos que ainda está vivo. No Museu do Diamante de Tibagi, um dos poucos dedicados à mineração do Brasil, ainda existe o escafandro de cobre que era usado pelos garimpeiros. Eles mergulhavam e respiravam o ar que era bombeado pelos homens que ficavam na superfície.

Pergunto se era perigoso.

Antes de a mulher de Diogo terminar o almoço, encerramos nossa conversa. Bem depois do almoço, vamos atrás de outro garimpeiro, Mano Karklin, que mora próximo ao Porto Velho, quase no encontro dos rios Tibagi e Iapó, onde Saint-Hilaire ficou instalado.

Da escada de sua casa dá para ver um ponto do rio Tibagi em que a água parece calma. É final de tarde. Mano estava dormindo um pouco quando chegamos.

Estava bem diferente do homem que eu havia conhecido há pelo menos 20 anos. Mano tocava cavaquinho com um grupo de amigos nos bares da cidade. Seu parceiro de garimpo e de música, o irmão Paulo Karklin, morreu há alguns anos.

No calor da tarde, calçava chinelo havaianas, usava calção e camiseta. Na salinha de teto baixo, sentados no sofá ao lado da porta, esforço-me para não misturar a voz baixa de Mano com o som da televisão. Às vezes assusto o meu interlocutor e o Antonio, erguendo a voz e acentuando as vogais que terminam as palavras.

Mano conta que trabalhou como garimpeiro desde o final da década de 30, quando ainda era menino. Começou com o pai e chegou a sair da cidade em busca de diamante. Esteve uma época em Itararé, no rio Verde, e em Jaguariaíva. Há oito anos resolveu deixar de lado o garimpo.

Depois de uma conversa rápida, fomos descansar. No dia seguinte, o destino é a cidade de Castro.

No meio do caminho

Nossa próxima parada é a fazenda Igreja Velha, descrita por Saint-Hilaire como antigo reduto dos jesuítas no sul do Brasil. Ela recebia esse nome porque havia, na época, uma igreja que fora erguida pelos padres e índios. Até mesmo as ruínas da igreja deixaram de existir. Quando chegamos à fazenda, fiquei sabendo que a ruína fora demolida. Das antigas construções, os proprietários aproveitaram as paredes para erguer um alojamento para os empregados. A espessura de uma das paredes impressiona: tem pelo menos meio metro.

A sede da fazenda fica localizada num ponto elevado, de onde se podem avistar as lavouras de todo o entorno. A área que o francês percorreu entre Tibagi e Castro, cruzando campos fáceis de serem atravessados, hoje é composta de plantações de milho, soja, aveia e feijão. Na entrada das propriedades há pequenos botijões, onde se armazena o leite que é transportado para a pasteurização. A paisagem muda

de cor várias vezes ao ano. Ora o que predomina é o verde, quando nascem os primeiros pés de milho ou de feijão; ora é o amarelo: está na hora da colheita do trigo. É raro se ver o marrom da terra arada, pronta para a plantação.

O motivo é simples: nos anos 70 foi introduzido na região o sistema de plantio direto. Em vez de se revolver a terra, os agricultores plantavam no solo ainda coberto com a palha da cultura que acabara de ser colhida. Com isso, passou-se a evitar a erosão e poupar a umidade da planta na época de seca. Esse sistema, implantado há 25 anos, foi criado nos Estados Unidos na década de 60 como plano de governo para combater a erosão, com o nome *no-tillage* (sem o uso de arado). Mas foi no Brasil que se popularizou. Hoje, 80% das lavouras de soja em todo o país adotam esse sistema. Nos Campos Gerais está em quase todas as plantações.

Ao sairmos da Igreja Velha, tentando achar a saída para o asfalto, paramos em frente a uma casa de mais de 100 anos, que tem um ar desolador. Somos recebidos por um cachorro bravo, que nos adianta o humor dos donos. Não somos convidados a entrar. Tive que pedir licença e cruzar a porteira, tentando convencê-los a me permitir tirar uma foto. Por fim, resolvem ceder.

Adiante, a meio caminho entre Tibagi e Castro, encontramos a fazenda Boa Vista, talvez a mais antiga na região. É de propriedade de Eny Taques Rolim de Moura, que mora em Castro. É uma construção pesada, cercada por um muro irregular, feito pelos escravos. Bastante conservada, a casa guarda a decoração de vários moradores que por ali passaram.

Castro

Chegamos em Castro no final da tarde. Antonio procurou um amigo que começou a fazer o curso de Geologia com ele, na Universidade Federal do Paraná. É Wilson Rodrigo Silvestre, que tem 34 anos e tenta conciliar alguns trabalhos na sua área de formação com a administração do hotel que a família tem no centro da cidade. A poucos metros do hotel de Rodrigo, onde ficamos hospedados, está o conjunto de casas que dá a Castro um ar parecido com o da Lapa. Damos uma volta e paramos num bar simples. Um bom lugar para conversar.

A cidade de Castro tem um dos patrimônios arquitetônicos mais preservados no Paraná. O centro é um conjunto de casas quase homogêneo. Boa parte dos casarões conta mais de 100 anos e ainda proporciona um jeito de morar bastante confortável. Por que então trocar as casas sólidas que já duraram todo esse tempo por outras, de paredes mais finas, que em 20 anos aparentam ser mais velhas?

Rodrigo lembra que, quando era criança, ainda se conservava o velho costume do tempo dos tropeiros de deixar a porta da entrada da casa sempre aberta — mesmo durante a noite. Algumas habitações ainda mantêm suas entradas abertas à luz do dia. Mas à noite a história é outra. Com uma população quase 20 vezes maior do que quando Saint-Hilaire passou pela região, Castro já sofre com a violência urbana.

No final do ano passado, o próprio Rodrigo foi assaltado e seqüestrado, à noite, logo depois de ter deixado o filho na casa dos avós. Nosso anfitrião foi rendido

por homens que acabavam de fugir da delegacia. Ele ofereceu tudo: carro, dinheiro, talão de cheques. Não deu certo. Ordenaram que não levantasse a cabeça. Ao chegar nas proximidades do pedágio, em direção a Ponta Grossa, os bandidos se assustaram com a viatura da concessionária da rodovia e saíram do carro. Ao tentar chegar no outro lado da estrada, Rodrigo foi atingido por duas balas e caiu numa valeta. Como ninguém o viu, caminhou até a pista, onde foi encontrado caído. Levaram-no ao hospital com perfurações no pulmão e na costela.

Ele conta que a cidade está começando a despertar para o turismo. Ainda é difícil porque as pessoas não estão muito preparadas para receber os viajantes.

— Quando vem alguém de fora e pergunta para o castrense onde é o cânion do Guartelá ou alguma cachoeira, geralmente o pessoal responde: “Não vá lá. É muito chato. Venta muito e faz um frio de lascar”. Desse jeito não há turismo que vá pra frente! — conta ele, que tem procurado preparar os funcionários do seu hotel para receber bem os viajantes.

Antonio e Rodrigo ficam no bar e eu, cansado, resolvo dormir. Antes, releio o que o francês escreveu:

— A cidade de Castro se compunha de uma centena de casas que se enfileiravam ao longo de três ruas compridas. As casas eram muito pequenas e feitas de paus cruzados, parecendo bastante com as dos nossos camponeses de Sologne, com a diferença de que eram mais bem iluminadas e razoavelmente mobiliadas. Depois das emigrações provocadas pela construção do caminho de Guarapuava, a maioria das habitações, como já tive ocasião de dizer, estava abandonada e em ruína.

No dia seguinte, depois de um café-da-manhã farto, saímos para dar mais uma volta no centro da cidade. Alguns comerciantes enfeitam o frontispício de seus estabelecimentos para atrair os fregueses, gerando um pouco de poluição visual. Passando pela rua das tropas, vimos um casarão do final do século XIX com a metade de sua fachada com pintura de grafite que lembra os subúrbios de Berlim ou a zona leste de São Paulo. Ao lado da fachada, Rodrigo nos leva para visitar o agricultor Fidelis Franco Bueno, um dos fundadores do Museu do Tropeiro.

Como toda cidade histórica, Castro conta com famílias tradicionais, que — diferentemente do que acontece nas metrópoles — ainda não se perderam na multidão. Há uma preocupação forte com a preservação da história e do jeito tradicional de se ver as coisas.

O zelo em relação ao que é tradicional às vezes é motivo de pilhéria das próprias pessoas que moram em Castro ou nas redondezas. Diz uma piada que a alma de D. Pedro II sobrevoou várias cidades brasileiras em busca de um lugar para descansar. A exigência do imperador deposto era que a cidade escolhida para receber seus restos mortais devesse ter as mesmas características de quando ele deixara o poder. Passando pelo Rio de Janeiro, teria dito:

— Isso aqui está uma bagunça! Não me serve.

Ao visitar São Paulo, falou:

— Está pior do que o Rio de Janeiro.

Sobrevoando Castro, finalmente descansou:

— É aqui mesmo que eu fico.



Fazenda Capão Alto - Castro

Fidelis nos recebe na sala ampla da sua casa, que tem uma mesa cheia de papéis e objetos. Do lado direito de quem entra, há uma estante com cerca de mil livros. No canto esquerdo, há uma urna funerária indígena. Enquanto conversamos, Antonio espia os títulos de literatura e filosofia. No alto, o retrato de um homem sisudo com barba à Marechal Deodoro ouve a conversa. Quero saber quem está representado na fotografia.

— É o meu avô, que foi tropeiro — responde Fidelis.

Pergunto a ele se existe um jeito de ser que caracteriza o castrense; que o torna diferente do tibagiano ou do curitibano.

— O castrense é seca-pimenteira!

— ...

— Você sabe aquela pimenteira que pode aparecer uma seca brava ou tempo ruim que ela está sempre bonita? Pois é. O olhar do castrense é tão poderoso que pode até secá-la. O castrense é também um indivíduo que não gosta de barulho, que ficava incomodado com o som das tropas quando elas cruzavam a cidade.

Mas o que teria tornado o morador de Castro — e, de certa forma, o dos Campos Gerais — um indivíduo tão pacato e seco? Fidelis tem uma resposta que quase coincide com as observações de Saint-Hilaire: a pecuária extensiva, em que se cria o gado calmamente nos pastos amplos, imprime um ritmo de trabalho que está muito longe de ser progressista. É claro que tudo isso mudou. O município de Castro conta hoje com agroindústria e comércio variado. Mesmo assim, não há como negar: conserva o ar de cidade provinciana.

Quando passou pela cidade, Saint-Hilaire notou uma debandada de gente. Estava havendo recrutamento para se completar a milícia da região. Não querendo se submeter às péssimas condições de trabalho, alguns moradores da cidade desapareceram do mapa, deixando o francês a ver casas desocupadas:

— Três ou quatro comerciantes, prostitutas e alguns artesãos constituíram praticamente toda a população de Castro. Dentre os últimos, os mais numerosos eram os seleiros, o que não é de admirar numa região onde os homens passam a maior parte do tempo em cima de um cavalo.

À tarde, no mesmo dia, saímos de Castro e fomos até Carambeí.

A nova Holanda

Quando deixou Castro em direção a Curitiba, Saint-Hilaire teve um problema com os seus criados. Pouco antes de chegar à fazenda Carambeí, sua próxima parada, foi ludibriado por eles, que queriam passar mais tempo na cidade, onde podiam desfrutar de alguma diversão. A caminho da fazenda, forjaram, longe dos olhos não muito atentos do francês, uma fuga de burros em direção a Castro. Com a desculpa de saírem atrás dos animais, foram até a cidade. O viajante só descobriu porque apareceram no dia seguinte, e foram fortemente reprimidos por ele.

Provavelmente cansado da viagem — já estava no Brasil desde 1816 —, praguejou a falta de disciplina do índio Firmiano, que há um bom tempo o

acompanhava, e o negro Manuel, por terem aproveitado da boa vontade de seus anfitriões. Com uma ponta de preconceito, Saint-Hilaire chegou a afirmar que, em geral, o homem simples do Brasil não tinha muita inteligência e gostava de se demorar em todo tipo de folguedo:

— Como tive a ocasião de dizer em meus outros relatos, os brasileiros das classes baixas não dispõem de qualquer instrução moral ou religiosa, e em vista disso raramente mostram possuir alguma virtude. Eles geralmente não têm família, tendo sido criados por mulheres de má fama, que lhes ensinaram todos os vícios. Quando não podem evitar os povoados, seus tropeiros escondem os burros a fim de poderem passar mais tempo em farras com as mulheres; além disso roubam os seus patrões e provocam desordem de todo tipo.

O francês reclamava também da falta de companhia nos ermos dos Campos Gerais. Por considerar que ninguém poderia manter um diálogo inteligente por mais de 15 minutos, dizia-se profundamente aborrecido e melancólico. Ficava feliz apenas quando encontrava um estrangeiro ou compatriota. Ao concluir seu relato muitos anos depois da viagem — 1846 —, ainda se lembrava quando uma hospedeira fê-lo lembrar de sua preciosa mãezinha, que estava em algum canto distante da França.

Desolado, saiu pelo campo para afogar as mágoas, contemplando a paisagem:

— Já era noite; uma verdadeira multidão de insetos fosforescentes cortava os ares, refulgindo por um instante, apagando-se em seguida, para reaparecerem um pouco mais adiante. O céu estava estrelado, não se ouvia o mais leve rumor; mergulhei num vago devaneio que não deixou de ter um certo encanto, e voltei mais calmo para a casa.

Um dia depois de ter-se irritado com os criados, Saint-Hilaire chegou à fazenda Carambeí, onde foi recebido por duas mulheres, que conversaram com ele na sala da casa. O viajante revelou ter ficado surpreso ao encontrar mulheres tão educadas. A casa era pequena para os padrões das moradias de fazenda, geralmente com área adequada para abrigar a grande família, os agregados, uma ou outra visita. Ele ficou abrigado no que chamou de quarto de forasteiro. Na verdade, de acordo com sua descrição, pode ter sido uma alcova de rapariga, pois não tinha janelas: a donzela não podia fugir com nenhum candidato que aparecesse no meio da noite.

Depois de nossa saída de Castro, passamos rapidamente pela fazenda Capão Alto, em Castrolanda, área do município de Castro onde moram principalmente os descendentes de holandeses que vieram ao Brasil a partir da década de 50. É uma construção vistosa — talvez a mais bonita e mais preservada que encontramos ao longo da viagem. Saint-Hilaire não passou por ali. Embora esteja aberta à visitação e não tenha sido tão modificada ao longo dos anos, a Capão Alto parece abandonada. É cuidada por apenas uma pessoa, que, segundo entendi, tem vários outros afazeres além de receber turistas.

Saindo de Capão Alto, fui procurar a fazenda Carambeí, por indicação de um guia que eu havia encontrado no cânion do Guartelá e que me falou da existência de uma francesa que comprara a casa onde Saint-Hilaire tinha passado a noite. O rapaz me indicou o nome Anne Claire. Fomos a Carambeí, que fica do lado direito da rodovia, no sentido Castro-Ponta Grossa. O lugar resume-se a um conjunto de casas burguesas, com jardins bem cuidados, que acompanham uma única rua de uns dez quilômetros.



Fazenda Carambeí

Assim como Castrolanda, o lugar parece ter apenas as casas. Não se vê sequer um morador bem alimentado gastar sua tarde com a prosaica tarefa de cortar grama, como em filmes americanos. Um amigo que morou em Carambeí disse que os bares fecham tão cedo que é impossível ficar bêbado num boteco. Se quiser, o sujeito tem que beber em casa.

Não encontramos nenhuma moradia com mais de cinco décadas.

Na Prefeitura, que fica estranhamente ao lado da rodovia, somos informados de que a fazenda Carambeí está na direção de Catanduvas, região que pertence a Castro. Por engano, chegamos a um lugarejo com igreja e cemitério, onde pedimos informação. Conto que estou fazendo uma pesquisa na região. Ouvindo a minha conversa com a moça que atendia o posto telefônico, um rapaz de uns 30 anos comentou:

— Ah! Vocês são os caça-fantasmas, não são?

Finalmente, chegamos à casa da tal francesa que comprou a fazenda. Descubro que é, na verdade, holandesa. Somos recebidos por um homem loiro, com mais de um metro e oitenta, cerca de 50 anos, que estava na garagem preparando-se para cortar a grama. Fala português com um pouco de dificuldade. Quem nos atende é sua mulher, Annemari Gillissen.

Ela chegou ao Brasil ainda era menina, nos anos 50, quando seu pai veio trabalhar como professor na recém-instalada colônia de Carambeí. Na juventude, foi estudar na Holanda.

Convida-nos para tomar um café. Bebo pelo menos quatro xícaras grandes,

enquanto conversamos sobre a fazenda. Além dela e de seu marido, Johnnes, a irmã de Annemari está à mesa. Como Johnnes não conseguia entender parte do meu português rápido, Annemari traduzia trechos da conversa para o holandês.

Ela me diz que, quando comprou a casa, os vizinhos — e mesmo o antigo dono — aconselharam que fosse demolida. Johnnes, que é arquiteto, acreditava que não valia a pena destruir a casa, pois era possível restaurá-la. Depois de 10 anos investindo em reformas, sem gastar muito dinheiro, conseguiram preservar características originais.

Johnnes e Annemari passam o verão na fazenda. Nos meses frios, fogem do inverno, indo trabalhar na Europa. Eles têm um barco e ganham a vida organizando passeios e expedições para turistas, no verão europeu.

— Isso aqui dá trabalho mas está ficando muito bonito — afirma Annemari.

Desde que comprou a casa, em 1989, o casal tem procurado visitar outras fazendas, conversar com as pessoas que se dedicam a estudar a história da região, para saber quando a casa foi erguida, quais eram suas características originais e quem foram os moradores.

Enquanto tomávamos café, Annemari mostrou-me um caderno em que estão listados os nomes de todas as famílias que moraram no lugar desde 1898. Conta que, havia poucos dias, foi visitada por um homem cuja família teria sido proprietária da fazenda no século XVIII.

A holandesa lamenta a falta de conservação das fazendas históricas que sobraram nos Campos Gerais. Reclama, principalmente, do desmazelo com a Capão

Alto, que era administrada pela cooperativa Batavo. Com a venda de ações para a Parmalat, segundo ela, não existe interesse em recuperar a construção.

Despeço-me do casal, dando de presente a Annemari uma cópia do livro de Saint-Hilaire em que sua casa é citada. Ela bem que procurou, mas a edição já está esgotada há um bom tempo.

Ferraria

Saindo tarde de Carambeí, seguimos para Curitiba. No dia seguinte, para completar o caminho, passamos parte da tarde numa localidade chamada Tamanduá, pouco antes do término da viagem de Saint-Hilaire. De acordo com suas descrições, é a partir desse trecho que se aproxima o fim do conjunto de paisagem que caracteriza os Campos Gerais. Quando começa a descida dos 50 quilômetros da serra pela rodovia, surge vegetação mais densa, um anteparo frio e verde.

— As terras, montanhosas têm um aspecto menos aprazível do que a região que eu percorrera dias anteriores; já não se assemelhavam mais aos Campos Gerais, sendo consideradas como limite desse trecho tão característico da Província de São Paulo umas pequenas montanhas que se vêem entre o Registro e o sítio de Itaque, distante dele quatro léguas.

O lugar conhecido como Tamanduá foi transformado em recanto. Além de

uma capela, há um cemitério antigo. Quando chegamos ao local, a capela estava sem teto, pois alguns operários trabalhavam em sua restauração. Um pouco antes de ir ao bosque onde está a igrejinha, passamos pelo cemitério, num morro arejado.

Lembrei de comentar com Antonio o porquê de alguns cemitérios ficarem em áreas mais elevadas, cercados por árvores e um pouco longe de regiões habitacionais.

— No início do século XIX, inventaram uma história que até convencia as pessoas: acreditava-se que o ar liberado pelos mortos podia fazer mal para a saúde.

Pergunto a um homem que visitava o local com o seu pai octogenário por que havia tantos buracos ao redor do muro de algumas covas. Segundo ele, o boato de que havia panelas de ouro enterradas ali despertou o interesse de pessoas que moravam nas redondezas, há menos de um ano. O movimento foi tanto que foi necessário pagar um vigia para não levarem os ossos do pessoal que estava enterrado. Às gargalhadas, o homem me contou a história e me disse que o máximo que os aventureiros encontraram foi um dente de ouro:

— Nem assim o pobre consegue ganhar um dinheirinho — completou. — O sujeito, meio avexado, mostrava uma caveirinha delicada, com um dentinho de ouro perdido no meio de uma boca quase toda devassada.

Embora pareça absurda, a possibilidade de se encontrar um pote de ouro não é apenas coisa de gente que não tem o que fazer. Como não havia banco até a chegada de D. João VI ao Brasil, toda riqueza era guardada nas fazendas ou nas casas.

Com a ameaça constante de assaltos, o melhor era esconder o dinheiro e as jóias em potes e canastras, debaixo da terra.

Em Tibagi, quando eu era criança, uma das histórias mais conhecidas era a de um antigo garimpeiro que, acreditava-se, tinha dois litros de diamante enterrados no quintal de sua casa. Várias vezes eu e meus amigos chegamos a cavar a beira do muro da casa para ver se encontrávamos algo. O máximo que conseguimos foi furar o cano de água, delito cujos autores jamais foram descobertos.

Revelando uma certa preguiça de conversar, o homem parte, dando apenas um adeus, desaparecendo no meio do pasto com seu pai que caminhava com um pouco de dificuldade.



Meia hora depois, chegamos a Ferraria, bairro de Campo Largo que preservava ainda um certo resquício de cidade do interior. No grande fluxo migratório do final do século XIX, a região recebeu um número considerável de italianos. É possível observar vários casarões – a maior parte meio decadente – além das chácaras que produzem um pouco de tudo. A especulação imobiliária não chegou até lá. Mas não deve demorar muito. Um bom terreno não sai por menos de R\$ 20 mil.

Próximo à igreja do bairro, somos atraídos pelo som de música caipira que vem de um bar. Um rapaz de uns 25 anos toca acordeão e canta. Estamos no bar de Glaci Tandler, uma mulher de uns 45 anos que tem um boteco que felizmente teima em permanecer.

Aos poucos, o bar vai ganhando mais vida, com as pessoas que chegam para tomar uma pinga, uma cerveja ou simplesmente para ficar ali, vendo o pouco movimento.

Ao ouvir o gaiteiro tocar "Chalana", um clássico da música caipira de tom terrivelmente melancólico, um homem de chinelo Havaianas, calça de tergal e boné azul abre um sorriso que lhe toma conta do corpo. Naquele ambiente tímido, sua bocarra parece transfigurar os objetos, fazendo a música do gaiteiro soar mais intensa.

De repente, os fregueses são os ratos que seguem o dono da flauta mágica, e o riso paralisa os dois rapazes que jogam bilhar — cigarro prensado fortemente entre os dentes, óculos de sol, apesar de o escuro do bar lembrar que a noite já estava chegando.

Era o aniversário de Glaci. Para ela, aquela festa, à qual nos unimos, era muito mais do que a marca da passagem dos dias: um jeito de afugentar a dor; dar um tiro bem na testa dela; enxotá-la como a um gato quizilento que tenta escorregar pela casa entre as nossas canelas.

Recostados no balcão de madeira, olhando ora os dedos ágeis do gaiteiro Éder, ora o riso do homem de chinelo Havaianas e boné azul, ouvimos a história de Glaci.

Há pouco tempo ela perdera o filho mais velho num acidente de carro. O mais novo, um menino esguio, de uns 18 anos, com parte do cabelo loiro raspado, que estava no bar acompanhando a música com palmas, havia passado por maus



Igreja no Tamanduá

momentos. Depois de ter passado muito tempo na UTI, o rapaz se recuperava do acidente.

Glaci estava feliz por ele, mas sempre falava do mais velho, um menino de uns vinte e pouco anos que aparece numa foto segurando um robalo gigante.

Terminamos o dia comemorando o aniversário com Glaci, que fez questão de compartilhar a carne assada que servia para sua família e para os amigos. À noite, embalados por aquela alegria provisória, lembramos que estamos no final da viagem. Depois dali, acabou-se a novidade.

Nas trilhas de Saint-Hilaire
foi composto em Trebuchet MS,
impresso sobre papel Couchê Fosco 180 gramas,
capa em papel Supremo 300 gramas e
com tiragem de 1000 exemplares.

SIEMENS

Opus & Múltipla
Comunicações

CURITIBA
PREFEITURA DA CIDADE



FUNDAÇÃO
CULTURAL DE CURITIBA